

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA)**

HERMANO ALBUQUERQUE RAMOS

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS ATIVIDADES LABORAIS DOS
SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA CLÍNICA OBSTÉTRICA DE
UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO**

**JOÃO PESSOA - PB
2018**

HERMANO ALBUQUERQUE RAMOS

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS ATIVIDADES LABORAIS DOS
SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA CLÍNICA OBSTÉTRICA DE UM
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para o título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Indicadores Ambientais, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristine Hirsch Monteiro.

João Pessoa - PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R175s Ramos, Hermano Albuquerque.

Saúde e segurança do trabalho nas atividades laborais dos servidores técnico-administrativos da clínica obstétrica de um hospital universitário / Hermano Albuquerque Ramos. - João Pessoa, 2018.
58 f. : il.

Orientação: Cristine Hirsch-Monteiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Segurança do trabalho. 2. Doença ocupacional. 3. Meio ambiente do trabalho. 4. Pessoal de Saúde. I. Hirsch-Monteiro, Cristine. II. Título.

UFPB/BC

HERMANO ALBUQUERQUE RAMOS

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para o título de Mestre.

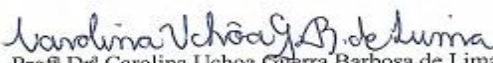
Linha de Pesquisa: Indicadores Ambientais, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Profª Drª Cristine Hirsch Monteiro.

Aprovado em: 31 de julho de 2018.

Banca Examinadora


Profª Drª Cristine Hirsch Monteiro
Orientadora (UFPB)


Profª Drª Carolina Uchoa Guerra Barbosa de Lima
Membro Externo (FACENE)


Prof. Dr. Joel Silva dos Santos
Membro Interno (UFPB)

Dedico,

A DEUS que sempre esteve comigo e com os meus familiares; aos meus queridos pais, Solange, mulher firme e trabalhadora, e Fernando (*in memoriam*), com muitas saudades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre comigo em todas as situações tanto na minha vida, no meu trabalho como neste meu mestrado, e que nunca me faltou nas situações mais difíceis, críticas, sempre houve uma resposta me protegendo sem nunca me desviar do caminho certo,

À minha querida família: Ducia, minha esposa, por suas orações a Deus para proteger minha vida e a dos nossos filhos Suemmey, Iann e Morjania, que direta ou indiretamente contribuíram para essa conquista, com todo meu carinho.

À minha querida Mãe Solange; e ao meu querido Pai Fernando (*in memorian*), com muita saudade; meus primeiros educadores.

Aos meus irmãos, que mesmo estando distante, sei que torcem por minhas conquistas.

À professora Cristine Hirsch Monteiro, minha orientadora, sempre presente e de indescritível dedicação, tem sido mais do que uma orientadora, uma amiga.

Aos servidores e terceirizados, em especial a Socorro, da Clínica Obstétrica do Hospital Universitário, que mesmo com muito trabalho aceitaram contribuir com a pesquisa.

A Magnífica Reitora Prof. Dra. Margareth de Fátima Formiga Diniz, que sempre deu o seu apoio ao PRODEMA, a minha Divisão, e a UFPB.

Aos meus colegas de mestrado pelo convívio, parceria, amizades e crescimento mútuo.

A UFPB, pelo ensino de qualidade desde minha graduação à pós-graduação.

Ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), especialmente à professora Cristine, ao professor Reinaldo, por ser possível este sonho.

Ao professor Reinaldo Farias Paiva de Lucena, Coordenador do Programa de Pós-graduação, por sua total dedicação e empenho na realização deste curso.

Aos professores: Carolina Uchoa Guerra Barbosa de Lima, Joel Silva dos Santos e José Soares do Nascimento, por aceitarem fazer parte da banca.

Aos professores do PRODEMA, pela contribuição nesta caminhada.

A todos os amigos que me incentivaram, com palavras de estímulo para a realização dessa conquista.

À professora e amiga Marinalva Freitas, pela disponibilidade em ajudar-me, sobretudo, pela atenção e carinho.

A Josélia, minha amiga, sempre presente, empenhada na construção, passo a passo do anteprojeto à conclusão da dissertação, por sua singular dedicação e estímulo para tornar esse sonho (vitória) possível.

“Os riscos que se apresentam à humanidade, criados pela civilização, restituem ao homem a aventura de retomar seu destino e controlá-lo.”

Buarque (1990)

RESUMO

Saúde e segurança do trabalho no ambiente hospitalar consideram as medidas e ações que possam prevenir e/ou eliminar os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes que possam produzir agravos à saúde do trabalhador e da trabalhadora. As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam esta questão no Brasil, tanto no setor privado quanto público. O objetivo geral desta pesquisa foi descrever os aspectos da segurança no trabalho e saúde dos servidores técnico-administrativos (TAE) no meio ambiente de trabalho no Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW, em relação às doenças ocupacionais ocorridas nos últimos 5 anos (2012 a 2016). A metodologia, de natureza exploratório-descritiva, com abordagem quantiquantitativa, incluiu estudo de caso, com pesquisa de campo e questionário semiestruturado para coleta de dados. O público alvo foram os servidores técnico-administrativos lotados na Clínica Obstétrica do HULW (médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem). Os dados coletados foram consolidados e analisados por estatística descritiva e de correlação utilizando o software R versão 3.3.2. Os resultados obtidos demonstraram que os TAE têm conhecimentos sobre as doenças ocupacionais, trabalham expostos a agentes agressivos e, na maioria dos casos, aplicam corretamente as medidas preventivas. A maioria dos TAE compreende e faz uso das Normas Regulamentadoras. Entretanto, as inconsistências encontradas permitem concluir que há necessidade de se criar uma política de saúde e segurança do trabalho na Clínica Obstétrica do HULW, direcionada ao controle e prevenção de doenças e infecções, com ênfase nas ações e implementação de medidas de proteção no ambiente de trabalho, conforme regem as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-15 e NR-32). Estas análises estão sendo repassadas para a gestão e espera-se que ações possam ser implementadas para que um ambiente propício ao desenvolvimento da cultura organizacional preventivista possa proporcionar melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, melhor atividade funcional, satisfação e produtividade, melhorando a qualidade de vida dos profissionais de saúde e do meio ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Segurança do trabalho. Doença ocupacional. Meio ambiente do trabalho. Pessoal de Saúde.

ABSTRACT

Occupational health and safety in the hospital environment considers the measures and actions that can prevent and/or eliminate physical hazards, chemical, biological, ergonomic and accidents that can produce harms to health of the worker and the worker. The regulatory norms of the Ministry of labor and employment regulate this issue in Brazil, both in the private sector as public. The general objective of this research was to describe the aspects of safety at work and health of technical-administrative servers (TAE) in the work environment at the University Hospital Lauro Wanderley – HULW, in relation to occupational illnesses occurring in the last 5 years (2012 to 2016). The methodology of exploratory-descriptive nature, with PN approach, included case study, with field research and semi-structured questionnaire for data collection. The target audience were technical and administrative servers full in Obstetric Clinic of HULW (doctors, nurses and technicians. The data collected have been consolidated and analyzed by descriptive statistics and correlation using the R software version 3.3.2. The obtained results demonstrated that the TAE have knowledge about occupational diseases, work exposed the aggressive agents and, in most cases, apply correctly the measures preventivas. Most TAE understands and makes use of regulatory norms. However, the inconsistencies found lead to the conclusion that there is a need to create a policy of occupational health and safety in Obstetrical Clinic of HULW, directed to the control and prevention of diseases and infections, with an emphasis on actions and implementation of measures of protection in the working environment, as the regulatory norms of the Ministry of Labour (NR-15 and NR-32). These analyses are being passed on to the management and it is expected that actions can be implemented so that an environment conducive to the development of the preventive organizational culture can provide better working conditions and, as a result, best functional activity, satisfaction and productivity, improving the quality of life of health professionals and the occupational environment.

Keywords: Occupational Health. Occupational disease. Occupational environment. Health Personnel.

LISTA E BREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNS – Conselho Nacional de Saúde
DIP – Doenças Infetoparasitárias
DIST – Divisão de Segurança do Trabalho
DORT – Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
HINI – Hemaglutinina Neuraminidase (Vírus Influenza)
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
HPV – Vírus do Papiloma Humano
HU – Hospital Universitário
HULW – Hospital Universitário Lauro Wanderley
LER – Lesões por Esforços Repetitivos
NR – Normas Regulamentadoras
NR 6 – Equipamento de Proteção Individual EPI
NR 15 – Atividades e Operações Insalubre
NR 16 – Atividade e Operações Perigosas
NR 17 – Ergonomia
NR 20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis
NR 23 – Proteção contra incêndio
NR 26 – Sinalização de Segurança
NR 32 – Segurança e Saúde em Serviços de Saúde
NR 35 – Trabalho em Altura
OMS – Organização Mundial de Saúde
PRODEMA – Programa regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
SAE – Serviço de Atendimento Especializado Familiar
SESMT – Serviços Especializados em Engenharia e Medicina do Trabalho
SIASS – Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor
SPA – Serviços de Pronto Atendimento

STC – Síndrome do Túnel no Carpo

TAE – Técnico-Administrativos Educacional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS.....	16
2.2	MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Saúde e Segurança	19
2.3	NORMAS REGULAMENTADORAS	22
2.4	CENÁRIO DA PESQUISA: Clínica Obstétrica do HULW	24
3	METODOLOGIA.....	26
3.1	TIPO DO ESTUDO.....	26
3.2	LOCAL DO ESTUDO	26
3.3	POPULAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRA.....	27
3.4	COLETA DOS DADOS.....	27
3.4.1	Coleta de dados.....	27
3.4.2	Observação da realidade.....	28
3.5	ANÁLISE DOS DADOS	28
3.6	ASPECTOS ÉTICOS	28
4	RESULTADOS	30
4.1	ARTIGO	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	52
	APÊNDICE B - Questionário de Coleta de Dados	53
	ANEXO A - Certidão de aprovação do Projeto pelo Colegiado do PRODEMA.....	56
	ANEXO B – Autorização da Gestão do Hospital para execução do Projeto	57
	ANEXO C - Autorização para publicação	59

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, ao mesmo tempo em que é condição essencial para obtenção de sustento individual e familiar, encadeia um conjunto de componentes sociais que envolvem realizações e satisfações para o ser humano que o executa (SILVA; TOLFO, 2012), porém, na busca pela produtividade, a depender das condições de como o trabalho se desenvolve, as atividades laborais podem comprometer a qualidade de vida do trabalhador, além da comunidade envolvida (PEREIRA *et al.*, 2010). Por isso, é preciso observar e identificar quais fatores podem oferecer perigo no ambiente laboral, cujas condições levem o trabalhador a colocar a sua vida em risco frente às várias facetas de ameaças decorrentes do meio ambiente (OMS, 2010).

O meio ambiente de trabalho pode ser entendido como o local onde se desenvolvem as atividades laborais, independente de qual seja a atividade exercida (BOMFIM, 2016). Partindo do princípio de que o meio ambiente do trabalho não se restringe à natureza: à fauna e flora, mas inclui o meio ambiente global, onde tudo e todos estão contidos, inseridos, envolvidos e entrelaçados (TYBUSCH *et al.*, 2016). Neste contexto o compromisso único é pela conservação, cuidado, proteção, interação e pelas condições que exaltam a vida biológica, o estado físico e a matéria química em uma rede que envolvem e influenciam o homem em manifestação e intervenção com a natureza, de modo integrado e propício, em um fortalecimento conjunto contra a ameaça ao ambiente e à vida nele instalada (BRASIL, 2009). Por outro lado, observa-se que tem havido uma correlação direta e recíproca entre degradação do meio ambiente natural e do meio ambiente de trabalho, ou seja, o primeiro sofre com a destruição dos animais, desmatamento e a poluição dos rios, enquanto que o segundo é atingido pela contaminação industrial e da poluição das fábricas, resultando, em última análise, na redução da qualidade de vida do trabalhador (TALDEN, 2007).

A abordagem da saúde e segurança do trabalho direciona a atenção para a prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, estabelece medidas de segurança que visam prevenir e/ou eliminar os riscos de acidentes por agentes nocivos à saúde (ARAÚJO, 2007; MORAES, 2006; OLIVEIRA, 2003). A prevenção e/ou eliminação dos riscos podem ser realizadas mediante uma política de educação voltada para as orientações e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Com a associação dessa medida, busca-se obter eficiência nos resultados na prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais (ARAÚJO, 2007; OLIVEIRA, 2003).

A busca constante pela segurança do trabalhador tornou-se um aspecto presente dentro das organizações que visam uma melhor maneira de gerenciá-los mediante as leis que regulamentam procedimentos de prevenção; primando pela saúde, higiene e segurança do trabalhador (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010). Concomitante a essas ações, o gerenciamento da informação é mais um mecanismo de contribuição para educar e conscientizar sobre a importância de medidas preventivas (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010). Em todas as atividades surgem ferramentas baseadas em processos planejados e orientados para a informação, tendo em vista as mudanças ocorridas nos ambientes organizacionais, que apresentam cada vez mais processos dinâmicos de trabalho (RODRIGUES; BLATTMANN, 2014). Nesse sentido, é essencial conhecer o ambiente organizacional em todos os seus aspectos físicos, principalmente no tocante à saúde e segurança do trabalho, que integra uma abordagem interdisciplinar, na medida em que várias áreas do conhecimento se relacionam para alcançar o seu êxito (SCHERER; PIRES; JEAN, 2013).

Sabe-se que a saúde e segurança no trabalho são indissociáveis ao meio ambiente e dialogam com outras áreas como: Engenharia, Biologia, Química, Direito, Geografia, História, Pedagogia, Economia, Serviço Social, Ciência Política entre outras áreas do saber, pois o ser humano é naturalmente parte integrante desse meio ambiente e as áreas do conhecimento se inter-relacionam. Entretanto, para este estudo, na Clínica Obstétrica, a interdisciplinaridade tem maior abrangência com a Engenharia Química (voltada aos produtos químicos (álcool etílico, éter, iodo, oxigênio e outros); observando as condições e proteções ao meio ambiente); a Biologia (contribui com o estudo e análises das bactérias, vírus, fungos, parasitos, príons do ambiente laboral, desse modo assegurando a proteção, saúde e segurança do trabalhador); e a Medicina do Trabalho (abordando doenças ocupacionais, prevenção e controle) (ARAÚJO, 2007; SCHERER; PIRES; JEAN, 2013).

Em se tratando do ambiente de trabalho, no serviço hospitalar, temos a discussão sobre a possível problemática dos numerosos e diversificados perigos suscitados por agentes físicos, químicos, biológicos e/ou ergonômicos envolvendo os trabalhadores (BRASIL, 1978). Considerando como de maior grau de ameaças os biológicos (bactérias, fungos, vírus, parasitos, príons etc.), por serem predominantes ocasionadores de insalubridade, entretanto, não de menor importância, os químicos (produtos químicos) e físicos (radiações ionizantes) (CANINI *et al.*, 2002).

Frente à possibilidade de contaminações, acidentes e lesões entre servidores técnico-administrativos, tornou-se evidente a necessidade de se realizar um estudo em relação à

segurança do trabalho visando minimizar e/ou evitar acidentes que podem causar lesões temporárias ou permanentes. Afinal, a busca por diferentes estratégias, resultados e ferramentas para uma gestão eficiente, tanto para os servidores quanto para os pacientes, são necessárias para a resolução de problemas de maneira sistemática, como o *lean healthcare* (saúde enxuta), um modelo de produção enxuta na saúde. (BERTANI, 2012).

Neste contexto, levantamos o seguinte questionamento: O que sabem os servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do HULW, em relação às doenças ocupacionais quanto aos aspectos da segurança no trabalho? E o quanto estes servidores aplicam o que preveem as Normas Regulamentadoras?

A presente pesquisa buscou investigar a seguinte hipótese: a maioria dos servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do HULW apresentam doenças ocupacionais por não conhecerem, não compreenderem e, por isso, não cumprirem as Normas Regulamentadoras (NR) no que diz respeito aos aspectos relativos à saúde e segurança do trabalho.

Para abordar a temática aqui apresentada, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral

Avaliar como os servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW compreendem os aspectos relativos à saúde e segurança do trabalho, em relação às doenças ocupacionais no contexto do meio ambiente de trabalho.

Objetivos específicos

- ✓ Caracterizar o perfil de doenças ocupacionais evidenciadas pelos servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica, do Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB nos últimos 5 anos (2012 a 2016);
- ✓ Verificar o conhecimento sobre as Normas Regulamentadoras (NR) relativas aos procedimentos laborais, segurança e saúde do trabalho pelos servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do HULW;

- ✓ Identificar o atendimento das Normas Regulamentadoras na visão dos servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do HULW sobre a segurança no trabalho e saúde do trabalhador;
- ✓ Descrever o meio ambiente de trabalho em relação aos riscos ambientais, no tocante à segurança e saúde do servidor, assim como ao cumprimento e aplicação de medidas preventivas, de acordo com a observação da realidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

O meio ambiente do trabalho pode propiciar também, além dos riscos de acidentes, as doenças ocupacionais. Estas são enfermidades adquiridas devido ao exercício das atividades laborais, resultantes dos riscos inerentes e das condições laborais no meio ambiente de trabalho.

Acidente no contexto do meio ambiente de trabalho ocorre quando o trabalhador sofre, no exercício do trabalho, um acidente que ocasiona lesão corporal ou perturbação funcional, com o potencial de causar dano instantâneo, material ou pessoal. Geralmente, os fatores relacionados aos riscos de acidente envolvem arranjo e iluminação inadequada, ferramentas impróprias, máquinas e equipamentos defeituosos, ausência de proteção adequada, falta de treinamento, entre outros. Acidentes laborais são uma das maiores problemáticas relacionadas ao trabalho com número bastante elevado de vítimas em nosso país (BRASIL, 1991).

O Brasil na década de 1970 ocupava o lugar de campeão mundial de acidentes de trabalho e atualmente vem ocupando o 4º lugar no ranking mundial em acidentes de trabalho fatais. Em relação a custos, o país tem sido classificado como em “*deficit* acidentário previdenciário”, ou seja, o valor arrecadado tem sido menor do que as despesas com os benefícios em torno dos acidentes (SÁ et al., 2017).

Para interromper ou minimizar este quadro de acidentes e mortes no trabalho, o governo brasileiro tem desenvolvido políticas públicas e ações de fiscalização voltadas para a saúde e segurança do trabalho (PROCHNOW *et al.*, 2012) como, recentemente, em 2015, a Estratégia Nacional para a Redução dos Acidentes de Trabalho (SÁ et al., 2017). A ideia é reduzir perdas econômicas, mão de obra e permitir competitividade.

Políticas de sustentação e compartilhamento, campanhas e programas que estimulem o uso dos EPI, a implantação de medidas de prevenção e de conscientização de que os acidentes são evitáveis e previsíveis, dependem do envolvimento dos próprios profissionais, assim como dos gestores das empresas para evitar danosos e impactos negativos (PROCHNOW et al., 2012).

Os profissionais da saúde, como todo trabalhador, estão expostos a riscos, porém próprios, peculiares, ao tipo de trabalho que desempenham, tais como: contato com pacientes ou material biológico contaminado, sobrecarga emocional por lidar com problemas alheios envolvendo vida e morte e sobrecarga no transporte ou remoção de pacientes. Para prevenção

dos riscos ocupacionais, faz-se necessário identifica-los o mais cedo possível, definir protocolos de conduta e de manuseio de materiais, além de treinamento especializado (COPETTI, 2011). Estas condicionantes de prevenção, cuja eficácia depende do uso de métodos mais apropriados para evitar consequências e danos à saúde. Dessa forma, a exposição a esses riscos deve ser discutida e avaliada de maneira que proporcione maiores informações para o próprio profissional os demais profissionais da saúde (ALMEIDA; TORRES; SANTOS, 2012).

Os riscos ocupacionais decorrem da natureza ou funções que os trabalhadores desempenham e também são influenciadas por ações ou agentes externos. Para se ter condições adequadas de trabalho, é necessário conhecer estrategicamente os processos de trabalho e identificar os riscos ocupacionais envolvidos no exercício das atividades específicas dos profissionais de saúde em seu meio ambiente de trabalho para, assim, desenvolver adequações ambientais para que o comportamento laboral inspire confiança e segurança no trabalho (COPETTI, 2011).

O reconhecimento dos riscos torna o hospital um local insalubre, visto que, nele se encontram indivíduos acometidos de vários tipos de doenças infectocontagiosas, as quais podem contaminar os trabalhadores da saúde, caso não sejam observadas as condições propícias para o desenvolvimento dos procedimentos médicos. Ressalta-se, que esse ambiente, juntamente às suas atribuições de garantir os cuidados necessários à saúde de um considerável número de indivíduos, alguns ainda tem a função de hospital escola, com objetivos de ensino e pesquisa. Como consequência, ocorrem ameaças iminentes, por exemplo, acidentes de trabalho, que podem sobrevir aos profissionais da saúde, conforme seja a atividade que exercem e o seu ambiente de trabalho (NISHIDE; BENATTI; ALEXANDRE, 2004).

O ambiente laboral tem influência e interfere no cotidiano do ser humano e em todos os aspectos da sua vida, causando tanto bem-estar como dissabor. Para evitar esse desequilíbrio temos a legislação que irá intervir com as orientações de procedimentos laborais, que torne eficiente a proteção ao indivíduo frente a uma exposição perigosa. Entende-se que a legislação prevencionista no Brasil é por demais abundantes, no entanto precisa de uma conscientização tanto por parte da administração pública, atuante na legislação e fiscalização, para exigir o seu cumprimento quanto à execução das tarefas laborais, na prevenção e no cuidado com as infecções e acidentes, para que sejam minimizados e/ou eliminados. Esse empenho irá valorizar o meio ambiente de trabalho, e consequentemente a qualidade de vida e saúde do trabalhador (DERETTI, 2013).

Outro problema comum no meio ambiente de trabalho diz respeito à ergonomia. Fatores ergonômicos têm importante papel tanto na prevenção de afecções propagadas no meio ambiente de trabalho para os trabalhadores, como no surgimento de doenças, como Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Os estudos ergonômicos buscam mediante avaliações, propostas e implementações de técnicas, soluções que possam diminuir a frequência das doenças, assim como medidas de prevenção, que é o meio de eliminar as causas, ou seja, intervir no agente causador antes que afecção aconteça, essa prevenção se baseia ergonomicamente nos processos das atividades físicas executadas, na preparação muscular e na implantação e incentivo regular de ginástica laboral. Os riscos ergonômicos transcorrem da organização e condução do trabalho, em que é envolvido esforço físico intenso, levantamento de peso, ritmos excessivos e também por longos períodos de trabalho (SANTOS; ALMEIDA; GAZERDIN, 2016).

As doenças relacionadas ao trabalho, como DORT/LER acompanham condições de trabalho onde o trabalhador permanece em posição ergonomicamente incorreta, com postura inadequada ou forçada no trabalho, sobrecarregando estruturas osteoarticulares, artérias e coluna, podendo causar afastamento ou incapacidade temporária, permanente ou até o óbito.

Estresse no ambiente de trabalho tem sido correlacionado a comprometimento nos relacionamentos, cobrança excessiva, problemas familiares e outros. A hipertensão arterial pode ser resultado do estresse, do modo de vida, da alimentação e até das horas de sono. Estudos mostram pelas pesquisas, que 20% da população adulta do Brasil sofrem de hipertensão arterial (PIMENTA; ASSUNÇÃO, 2016).

Danos podem ocorrer também quando há exposição a radiações ionizantes no meio ambiente de trabalho, pois esse agente físico é extremamente prejudicial à saúde, podendo causar danos irreversíveis aos trabalhadores. Os profissionais precisam conhecer e aplicar as medidas de proteção, bem como conhecer a legislação pertinente. Radiações ionizantes podem atingir de modo prejudicial ao trabalhador quanto há mau funcionamento dos equipamentos, por manuseio irregular do operador ou devido à ausência do uso dos EPI. Caso não haja atendimento às recomendações de segurança no tocante aos EPI, a exposição pode ser letal ao trabalhador. As radiações podem ocasionar danos colaterais à saúde. Pesquisa realizada com técnicos em radiologia de três hospitais no Rio Grande do Sul indicou que os profissionais não apresentavam sintomas, mas haviam muitos riscos ocupacionais acompanhados de negligência no uso de EPI e no conhecimento e aplicação da legislação

pertinente, indicando a necessidade de educação em saúde para os técnicos estudados (BRAND; FONTANA; SANTOS, 2011).

A lavanderia hospitalar é área fundamental para a saúde e segurança no trabalho dos profissionais de saúde, pois se relaciona diretamente com aspectos de controle de infecções. Roupas de cama e vestimentas limpas muito pode contribuir para a proteção contra o risco de infecções do paciente e do profissional de saúde. Entre outros fatores, a lavanderia é responsável pelo cuidado e separação das roupas, neste processo ocorre também à separação de objetos perfurocortantes ou outros materiais; e a limpeza de modo correto das roupas, devendo ter atenção e seriedade em todo o processo. Então, a falta de roupas no atendimento ao paciente, causa uma desordem nos procedimentos cirúrgico e ambulatorial, podendo se agravar com os episódios de vômitos, diarreia, sangramento e outros fluidos expelidos pelos pacientes (FONTOURA; GONÇALVES; SOARES, 2016).

Um terço dos acidentes de trabalho em meio ambiente hospitalar acontecem devido a materiais perfurocortantes que podem conter materiais biológicos contaminados. Por isso é fundamental a aplicação de medidas preventivas, assim como o uso dos EPI (GIL; CAMELO; LAUS, 2013).

Estudo realizado na Unidade de Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor (SIASS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entre o período de março de 2011 a dezembro de 2013, encontrou que as perícias realizadas com os servidores públicos federais geraram afastamento em 97% dos casos, sendo a maioria (69,9%) para tratamento de saúde (SERRA NETO, 2015). Os afastamentos do trabalho em até 15 dias foram devidos a hipertensão arterial, influenza, amigdalites e faringites, cefaleias, dores abdominais, gastrites e gastroenterites. Já os afastamentos para mais de 15 dias foram por episódios depressivos, transtorno do pânico, convalescência pós-cirúrgica, lombalgia e lombociatalgia, colelitíase, leiomioma uterino e também hipertensão arterial.

2.2 MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Saúde e Segurança

O meio ambiente é um sistema formado por elementos naturais incluindo fatores físicos, químicos e biológicos, e que podem ser modificados pela ação humana (HUNGARO, 2011). A Constituição Federal de 1988 considera que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é aquele capaz de assegurar o nível adequado de saúde a população humana (BRASIL, 1988; BRASIL, 1991).

O desenvolvimento da humanidade tem imposto um grande desgaste ao meio ambiente, gerando a necessidade de uma política ambiental saudável, responsável e sustentável. É neste contexto que a gestão e educação ambiental podem contribuir para que o meio ambiente seja preservado (BRASIL, 2006; REIS, 2011).

Internacionalmente, a gestão ambiental tem sido critério para os processos produtivos e políticas públicas (CECIM et al., 2014). No Brasil também existe a busca por uma gestão ambiental eficiente, rentável e geradora de benefícios, tentando atender tanto ao mercado quanto à população. Diante disso, a educação ambiental é um processo de participação individual e coletiva, voltado à preservação e ao equilíbrio ambiental (CECIM et al., 2014).

A primeira iniciativa para um programa de Educação Ambiental ocorreu em junho de 1972 em Estocolmo, na Suécia, com a Primeira Conferência Mundial sobre “O homem e o meio ambiente”, onde foi decidida a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1977, houve a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, um dos principais eventos sobre Educação Ambiental do planeta. Durante a conferência de 1984 ocorreu a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Já na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, também conhecida como a Cúpula da Terra ou ECO-92, foram tomadas importantes decisões para preservar os recursos naturais do planeta. Como resultado, as conferências e seus desdobramentos contribuíram para a construção da consciência ambiental (BOFF, 2012).

Por outro lado, grandes grupos financeiros e conglomerados industriais, frequentemente promovem seu desenvolvimento sem atender aos preceitos da saúde ambiental e com comprometimento do meio ambiente. Recursos naturais são consumidos indiscriminadamente, rios e mares são poluídos e animais são extintos muitas vezes com a conivência ou omissão/inoperância do poder público (EDDINE, 2009).

Em uma sociedade materialista e consumista, em que a superprodução incentiva a compra de produtos não duráveis e que geram grande produção de descarte de resíduos sólidos para o meio ambiente, é preciso investir na educação ambiental. Inicialmente, é preciso ensinar às crianças, desde a tenra infância, apresentar-lhes o conhecimento, reorientar as atitudes, desenvolver consciência, valores e competências para a conservação e o uso sustentável do meio ambiente (SEABRA, 2013).

No Brasil, por muitos anos, não havia nenhuma preocupação com a saúde do trabalhador e nem com o meio ambiente do trabalho em relação ao processo saúde-doença ocupacional. Só a partir da década de 1930 é que foram desenvolvidas ações e políticas

principalmente pelas empresas privadas no tocante à higiene e segurança do trabalho (SERRA NETO, 2015).

Saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde, é o pleno bem-estar físico, mental e social, que são requisitos essenciais de saúde, e não meramente a inexistência de doença (OMS, 1946). Com esse conceito, a OMS estendeu os caminhos que possibilitaram a ampliação de políticas públicas de saúde, favorecendo aos trabalhadores (CAMPOS *et al.*, 2006).

As práticas em serviço de saúde requerem metodologias, planejamentos, políticas públicas de saúde e meio ambiente e o conhecimento das Normas Regulamentadoras. Os hospitais, clínicas, postos e centros de saúde, pronto-socorro, unidades e outros, constituem o meio ambiente direcionado à prática das atividades laborais do profissional da saúde (COSTA, 2007). Para a garantia do bem-estar desse profissional em relação às condições de trabalho deve-se centrar a atenção nas atividades relacionadas às ações, procedimentos, metodologias e diagnósticos dos processos de trabalho (RIBEIRO; SANTANA, 2015). Esses fatores são substanciais para minimizar as situações de adoecimento e de risco de acidentes do trabalho. Além disso, o trabalhador precisa se conscientizar da necessidade do uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI, bem como a conduta e o compromisso do gestor em disponibiliza-los, igualmente monitorar o excesso de trabalho, estes são fatores que afetam a segurança (NEVES, 2011).

Como local de execução de serviços essenciais, importantes e benéficos para a sociedade, um hospital também pode ser um potencial poluidor, podendo causar danos ao meio ambiente e à saúde (SANTOS; JABBOUR, 2013). Partindo da hipótese de que as condições de trabalho oferecidas nos hospitais podem ser inadequadas, de que os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos poderão incidir negativamente no comportamento e na execução do trabalho, torna-se necessário criar condições de segurança, conforto, acessibilidade e adequação a máquinas, aparelhos e instrumentos para possibilitar maior desempenho e produtividade (FREITAS; MINNETE, 2014). O ambiente de trabalho no hospital deve ser saudável, bem iluminado e ventilado, precisa ser dinâmico, inovador, com métodos e sistemas de atendimento com padrões de segurança, conforto e qualidade propiciando um ambiente que contribua no restabelecimento da saúde dos pacientes, bem como garantindo bem-estar e qualidade de vida ao trabalhador no desenvolvimento de suas atividades laborais (SANTOS; JABBOUR, 2013).

2.3 NORMAS REGULAMENTADORAS

A prevenção e/ou eliminação dos riscos que possam provocar acidentes ou doenças ocupacionais podem ser realizadas mediante uma política de educação voltada para as orientações e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e ações com impacto em equipamentos de proteção coletiva - EPC (MARTINS *et. al.*, 2013). Com a associação dessas medidas, busca-se obter eficiência nos resultados na prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais. As orientações consolidadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego estão contidas nas Normas Regulamentadoras - NR (BRASIL, 1978).

As Normas Regulamentadoras foram aprovadas pela Portaria nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, Saúde e Segurança do Trabalho, que trata da avaliação, dimensão e importância da observação das normas, ressaltando a atenção com as situações de prevenção de acidentes e doenças e na identificação dos riscos com o meio ambiente de trabalho. Do mesmo modo, demonstram os procedimentos corretos, com vistas a prevenir a ocorrência de acidentes, mantendo as condições necessárias à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores (BRASIL, 1978).

Este trabalho se apoia nas NR-15 e NR-32 (ARAÚJO, 2006; ARAÚJO, 2007; BRASIL, 1978), as quais descrevem as atividades e operações insalubres e segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, com vistas a situações nos ambientes de trabalho para proteção do trabalhador na exposição aos agentes nocivos à saúde.

Os tipos de atividades e operações insalubres a que os trabalhadores estão expostos no exercício de suas atividades laborais (NR-15) e os prováveis agentes que podem comprometer a segurança e saúde do trabalho em serviço de saúde (NR-32) devem ser observados para evitar, minimizar, neutralizar ou eliminar essas situações de exposição e comprometimento da saúde do trabalhador, as NR dão as devidas orientações para prevenção ou eliminação dos riscos de acidentes de trabalho (ARAÚJO, 2006, 2007; MORAES, 2006; BRASIL, 1978).

As Normas Regulamentadoras são o principal aporte teórico deste estudo, principalmente as NR-15 e NR-32, as quais descrevem as Atividades e Operações Insalubres e Segurança e Saúde em Serviços de Saúde. Estas normas dão orientações para manter os ambientes de trabalho e a proteção do trabalhador necessária durante a exposição aos agentes nocivos à saúde. A NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) contém catorze anexos, dos quais os Anexos 11 - Agentes Químicos e o 14 - Agentes Biológicos estão presentes no ambiente universitário, especificamente, nos hospitais e laboratórios. Na NR-32 (Segurança e

Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde) constam os agentes biológicos, químicos e físicos específicos para o trabalhador da saúde.

Utilizando como parâmetro as Normas Regulamentadoras definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para cada área do conhecimento existem processos diretos inerentes às questões do meio ambiente e do ser humano ali inserido.

Na perspectiva do ambiente do trabalho, a Constituição Federal de 1988, preconiza que:

Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de **saúde do trabalhador**; VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII - colaborar na proteção do **meio ambiente, nele compreendido o do trabalho**. (BRASIL, 1988, Art. 200) (Grifo do autor).

O que foi referendado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Sistema Único de Saúde, onde temos o trabalho novamente como determinante da saúde das pessoas.

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, **o meio ambiente, o trabalho**, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013). (BRASIL, 1990, Art. 3º, grifo nosso).

Ou seja, a partir da Constituição Federal e da Lei 12.864, o trabalho é entendido como o cenário onde o processo saúde-doença do trabalhador acontece e é fator determinante da saúde do trabalhador. Desta forma, o presente estudo tem em seu escopo o fenômeno da saúde e segurança do trabalho, no que diz respeito à prevenção de doenças ocupacionais no contexto do ambiente hospitalar, através do estabelecimento de medidas de segurança que possam prevenir e/ou eliminar os riscos de acidentes por agentes nocivos à saúde, estudando de forma interdisciplinar a relação entre saúde, trabalho e meio ambiente.

A implementação de políticas de assistências à saúde ocupacional, com vistas a desenvolver procedimentos que atendam aos padrões normativos é imprescindível para a saúde do trabalhador. Conhecer a concepção dos servidores profissionais de saúde, em relação à saúde e segurança do trabalho proporcionou melhor entendimento do processo saúde-doença dos servidores técnico-administrativos (regidos pela Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991) na Clínica Obstétrica, do Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Em algumas áreas no serviço públicos de saúde os TAE estão constantemente expostos aos riscos físicos, químicos, biológicos e/ou de acidentes. Sendo o risco biológico o

de maior incidência, o mais preocupante e que reitera cuidados permanentes, devido à possibilidade de disseminação da contaminação, dependendo do grau de infectividade. Muitos, portanto, devem ser os cuidados durante o atendimento ao paciente, desde o diagnóstico e mesmo durante todos os procedimentos. Essas situações de riscos podem ser controladas mediante o uso de equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI). As Normas Regulamentadoras – NR têm a finalidade de apresentar orientações quanto às medidas de proteção para a execução das ações laborais, com o intuito de evitar, eliminar ou minimizar os riscos, que possam causar danos à saúde dos profissionais. O reconhecimento dos riscos tem um significado importante e vital, pois a identificação dos fatores ou situações de riscos envolvidos em cada atividade pode orientar a medida preventivistas e impedir danos que possam causar aos trabalhadores (OLIVEIRA; LAGE; AVELAR, 2011).

Estudo sobre o conhecimento das Normas Regulamentadoras e de Segurança, realizado em Sertãozinho/SP, no ano de 2013, em empresa de prestação serviços de na área de Medicina e Segurança do Trabalho, mostrou a importância da disponibilização de EPI pela gestão e do uso dos EPI pelos trabalhadores, como regulamentam as NR, para a implantação de uma política de segurança do trabalho eficiente e de qualidade.

Do mesmo modo, a conscientização do servidor e a implementação de políticas públicas de saúde e segurança do trabalho é imprescindível também para proporcionar segurança e qualidade de vida dos servidores públicos no seu meio ambiente de trabalho (SOUZA; MACHADO, 2013).

2.4 A Clínica Obstétrica do Hospital Universitário da UFPB

A Universidade Federal da Paraíba - UFPB, criada pela Lei Estadual nº 1.366, em 02 de dezembro de 1955, inicialmente denominada Universidade da Paraíba, após a sua federalização pela Lei 3.835 de 13 de dezembro de 1960, adotou a nomenclatura atual e possuía Campi nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Na sequência, com a política de interiorização da UFPB, sua estrutura multicampi se expandiu para sete municípios do Estado (João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Patos e Sousa). Após o desmembramento da UFPB, ocorrida em 2002, em UFPB e UFCG, e a criação de novo campus, passou a ser composta por quatro campi: João Pessoa, Areia, Bananeiras e Litoral Norte (Rio Tinto e Mamanguape).

A UFPB conta com um hospital escola localizado no Campus I, em João Pessoa, o Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW, composto por sete pavimentos que tem a

função de garantir a eficácia e eficiência do ensino, pesquisa e extensão, com vistas à “formação profissional, da produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico e de inovação” (BRASIL, 2016), está integrado à rede de atenção à saúde do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba. Atende a cerca de 20.000 pacientes ao ano (UFPB, 2017) e participa da formação de profissionais de saúde de vários cursos: Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Farmácia, Odontologia, Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Comunicação Social entre outros a cada ano (UFPB, 2017). A sua estrutura é formada por uma única unidade dividida em duas áreas: Ambulatorial e Hospitalar.

A primeira oferece serviços médicos especializados em: Alergia e Imunologia, Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia, Geriatria, Hematologia, Homeopatia, Infectologia, Nefrologia, Neurologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia, Urologia, Mastologia. Como também as Cirurgias Ambulatoriais e as Consultas Paramédicas de: Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Odontologia e Fisioterapia. A segunda unidade é composta pela Hemodinâmica, CTI Infantil, Adulto e de Cardiologia, Clínica Médica A e B, Central de Material de Esterilização, Centro Cirúrgico, Doenças Infectoparasitárias - DIP, Clínica Cirúrgica A e B, Clínica Obstétrica (campo de estudo), Serviço de Pronto Atendimento - SPA, Serviço de Atendimento Especializado Familiar - SAE (UFPB, 2016).

A Clínica Obstétrica, localizada desde 2016 na ala direita do sétimo andar do HULW, atende a gestantes e ao neonato. Desenvolve o atendimento clínico e procedimentos cirúrgicos e é composta de Unidade de Cuidados de Neonatal, Sala de Parto, Posto de Enfermagem e Medicamentos, Salas de Prescrição, Salas de Acolhimento e Triagem Obstétrica, Posto de Coleta de Leite Humano, sala de expurgo, oito Enfermarias, Sala de Ultrassonografia e Cardiotocografia.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo e de natureza subjetiva, com abordagem quantiquantitativa, que se propôs obter dados a partir da pesquisa de campo com análise de cunho estatístico-descritivo com interpretações subjetivas (MINAYO, 2003), uma vez que o método estatístico permite obter conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si (MARCONI; LAKATOS, 2001).

O estudo exploratório e descritivo, “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...]” (GIL, 1999, p. 43), dessa forma, é possível examinar o fenômeno minuciosamente, tornando-o claro. Enquanto o estudo descritivo aborda os aspectos relacionados à “[...] descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20).

Quanto aos procedimentos, por se tratar de um estudo de caso, inclui pesquisa de campo, a qual permite utilizar instrumentos padronizados de coleta de dados, como o questionário, que possibilita o levantamento de dados, quando sistematizado e analisado com técnicas apropriadas, dispõem e legitima a confiabilidade dos resultados.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), especificamente na Clínica Obstétrica. Inicialmente, a Clínica situava-se no terceiro pavimento do HULW, no entanto durante o desenvolvimento do projeto da presente pesquisa a mesma foi transferida para o sétimo pavimento, devido a problemas de infraestrutura predial e mobiliário.

A Clínica Obstétrica do HULW foi escolhida, como projeto piloto, devido à peculiaridade do serviço ali prestado, como assistência ao parto, assistência hospitalar ao neonatal e à puérpera que, em meio aos procedimentos executados pelos técnico-administrativos educacionais (TAE), estão com suas vidas em momento extremamente vulnerável.

3.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRA

O universo deste estudo incluiu 52 profissionais, servidores técnico-administrativos (18 médicos, 9 enfermeiros e 25 técnicos de enfermagem) da Clínica Obstétrica do HULW da Universidade Federal da Paraíba, *Campus I*.

Na tentativa de atingir um resultado plausível, optou-se por incluir na amostra todos os servidores técnico-administrativos do setor que aceitassem participar do presente estudo. Dos 52 servidores técnico-administrativos, apenas 35 (15 médicos, 05 enfermeiros e 15 técnicos de enfermagem) responderam o questionário, correspondendo à amostra da pesquisa.

3.4 COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados, com o grupo de servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do HULW, foi realizada mediante aplicação de um questionário e a observação da realidade. O levantamento dos dados foi realizado a partir do contato com os servidores técnico-administrativos para aplicação de questionário e observação dos ambientes de trabalho.

3.4.1 Coleta de dados

Inicialmente os TAE eram abordados, de modo individualizado e em seus ambientes de trabalho, sendo informados sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa, e então convidados a participar. Ao concordarem, assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) e recebiam o questionário para preenchimento do questionário semiestruturado (APÊNDICE B) para coletas de dados, constituído por perguntas objetivas e subjetivas divididas em duas partes. A parte inicial visava descrever o perfil sociodemográfico e a situação de servidor na Clínica Obstétrica. A segunda parte, que buscava descrever aspectos relacionados à segurança e saúde e ao meio ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica, era dividida em quatro blocos: a) Perfil de doenças ocupacionais sofridas nos últimos 5 anos (2012 a 2016); b) Aplicação de medidas preventivas de saúde, higiene e segurança na Clínica Obstétrica; c) Avaliação do conhecimento dos TAE sobre as Normas Regulamentadoras (NR); e d) Identificação do grau de atendimento das Normas Regulamentadoras pelos TAE.

3.4.2 Observação da realidade

A observação é uma técnica de coleta de dados que “[...] permite ao pesquisador descobrir como algo efetivamente funciona ou ocorre” (FLICK, 2009, p. 203). Utilizou-se a observação não participante, a qual o pesquisador não vivencia a rotina do ambiente investigado. A realização da coleta de dados se deu mediante anotações do que foi observado em um caderno de campo.

Utilizou-se um roteiro de visita na clínica durante 35 dias (de 10 de outubro a 25 de novembro de 2017), pela manhã, à tarde ou à noite, alternando o horário entre início, meio e término de cada turno. O pesquisador permanecia na Clínica Obstétrica por períodos de duas a quatro horas diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados. A observação acompanhava a rotina da clínica, verificava os procedimentos em relação ao atendimento, à utilização dos equipamentos e aparelhos, ao mobiliário, ao armazenamento dos medicamentos e ao descarte de materiais.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram consolidados em tabelas e analisados quantitativamente pela estatística descritiva, levantando todas as variáveis existentes, na tentativa de integrar os resultados comprovando ou refutando as hipóteses do estudo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). O banco de dados sistematizado no EXCEL, construído com todas as questões e respostas de cada entrevistado, foi exportado para o software estatístico R versão 3.3.2. Em seguida os dados foram comparados com a literatura pertinente.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

O Projeto foi apreciado e aprovado pelo Colegiado do PRODEMA (ANEXO A) recebeu autorização da Gestão do HU (ANEXO C) para sua execução e em seguida pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do HULW (ANEXO B) - Parecer N° 2.769.387 (CAAE N° 67102317.3.0000.5183).

Os TAE da Clínica Obstetrícia do HULW foram convidados a participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A), conforme reza a Resolução CNS n° 466/2012.

Todos os demais aspectos éticos sobre pesquisa com seres foram observados, de modo que foi garantido sigilo e tudo foi realizado visando minimizar os riscos aos participantes.

4 RESULTADOS

4.1 ARTIGO

RAMOS, Hermano Albuquerque; SILVA, Josélia M. Oliveira; HIRSCH-MONTEIRO, Cristine. Saúde e Segurança do Trabalhador e o meio ambiente de trabalho da clínica obstétrica de um hospital universitário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, (em preparação), 2018.

Saúde e Segurança do Trabalhador e o meio ambiente de trabalho da clínica obstétrica de um hospital universitário

Occupational Health and Safety and the working environment of the obstetric clinic of a university hospital

Hermano Albuquerque Ramos¹, Josélia M. Oliveira Silva², Cristine Hirsch Monteiro³

Resumo

Objetivo: Descrever os aspectos da segurança e saúde no trabalho dos servidores técnico-administrativos (TAE) da clínica obstétrica de um hospital universitário, em relação às doenças ocupacionais nos últimos 5 anos (2012-2016). **Métodos:** Trata-se de um estudo de caso, com abordagem quantiqualitativa, do tipo exploratório-descritivo, inclui pesquisa de campo com utilização de questionário para coleta de dados. O público alvo são os TAE (médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem). Os dados coletados foram analisados por estatística descritiva e comparados com a literatura correlata. **Resultados:** Foi possível demonstrar que os TAE compreendem o conceito de doenças ocupacionais, conforme preconizado pela legislação e descrito na literatura pertinente. Os respondentes indicaram ter sido expostos a agentes agressivos em seu meio ambiente de trabalho e ter conhecimento sobre as normas de segurança do meio ambiente de trabalho, em especial sobre a NR-6. **Conclusão:** Os resultados reforçam a necessidade de se implementar uma política de saúde e segurança do trabalho, direcionada ao controle e prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no meio ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica.

Palavras-chave: Profissionais da saúde. Ambiente de trabalho. Saúde do trabalhador.

Abstract

Objective: To describe the occupational safety and health aspects of the technical-administrative workers (TAE) of the obstetric clinic of a university hospital in relation to occupational diseases in the

¹ Divisão de Segurança do Trabalho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. E-mail: hermarr@yahoo.com.br.

² Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. E-mail: joseliabiblio@gmail.com.

³ Departamento de Fisiologia e Patologia do Centro de Ciências da Saúde e Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. E-mail: crishirsch2016@gmail.com.

last 5 years (2012-2016). Methods: This is a case study, with quantitative approach, of the exploratory-descriptive type, including field research using a questionnaire for data collection. The target audience is the technical-administrative servants (doctors, nurses and nursing technicians). The data collected were analyzed by descriptive statistics and compared with the correlative literature. Results: It was possible to demonstrate that the TAE comprise the concept of occupational diseases, as recommended by the law and described in the relevant literature. Respondents indicated that they had been exposed to aggressive agents in their working environment and had knowledge of workplace safety standards, especially about NR-6. Conclusion: The results reinforce the need to implement a policy of occupational health and safety, directed to the control and prevention of accidents and occupational diseases in the working environment of the Obstetric Clinic.

Keywords: Health personnel. Working environment. Occupational health.

Introdução

O meio ambiente hospitalar, como local de trabalho de inúmeros profissionais com seus utensílios, químicos e procedimentos, além de ser um espaço de convivência de inúmeras enfermidades, propicia a exposição a inúmeros perigos de acidente/contaminação por agentes físicos, químicos, biológicos e/ou ergonômicos¹.

A legislação trabalhista normatiza os tipos de atividades e operações insalubres a que os trabalhadores estão expostos no exercício de suas atividades laborais através da Norma Regulamentadora Nº. 15 (NR-15) e os prováveis agentes que podem comprometer a segurança e saúde do trabalho em serviço de saúde através da NR-32. Estas normas devem ser observadas para se evitar, minimizar ou eliminar essas situações de exposição e comprometimento da saúde do trabalhador, pois contêm as orientações para prevenção ou eliminação dos riscos de acidentes de trabalho^{2,3,4}.

O meio ambiente do trabalho pode interferir no cotidiano do ser humano e em todos os aspectos de sua vida, causando tanto bem-estar como desconforto. Para evitar esse desequilíbrio, temos a legislação que visa intervir com as orientações de procedimentos laborais, tornando eficiente a proteção ao indivíduo frente a uma situação de risco. A legislação prevencionista no Brasil, apesar de abundante, precisa ser aplicada pela administração pública e vivenciada na rotina laboral pelos servidores para que

tenha seus efeitos e para que haja valorização do meio ambiente do trabalho e, conseqüentemente, da qualidade de vida e saúde do trabalhador⁵.

A busca constante pela segurança do trabalhador tem sido rotina nas organizações que visam melhor gerenciamento dos riscos que, para isso, tem implementado as leis que regulamentam procedimentos de prevenção, primando pela saúde, higiene e segurança do trabalhador⁶. Em paralelo, a disseminação da informação vem sendo mais um mecanismo de contribuição para conscientizar sobre a importância e incentivar a aplicação das medidas prevencionistas⁵. Tais medidas de segurança no trabalho visam reduzir riscos de acidente ou adoecimento envolvendo postura inadequada, manuseio de materiais, exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos. Para tanto, a gestão deve determinar diretrizes na política de segurança, saúde e meio ambiente, para que se cumpram as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 e da Lei nº 8.270 de 17 de dezembro de 1991^{7,8}.

Várias morbidades relacionadas ao trabalho, chamadas doenças ocupacionais, podem advir da interação do trabalhador com aspectos do meio ambiente do trabalho. A ergonomia, que estuda a interação entre o homem e o trabalho, as condições adequadas que permitem eficiência, conforto, mobilidade, desempenho e segurança na execução das

atividades laborais⁹, busca impedir que fatores ergonômicos, como excesso de repetições de um mesmo movimento por tempo prolongado e postura inadequada ou forçada no trabalho, possam levar ao aparecimento de doenças relacionadas ao trabalho, como DORT (Doenças Osteoarticulares do Trabalho), e que podem inclusive ocasionar lesões nas artérias^{10,11}. Estresse ocupacional, entendido como problema na percepção, resultante da incapacidade de lidar com as fontes de pressão no trabalho¹², pode causar hipertensão arterial, morbidade que afeta cerca de 20,0% da população adulta no Brasil¹³. Agentes físicos como radiações ionizantes podem significar risco que, quando presente no meio ambiente do trabalho, pode provocar danos irreversíveis à saúde do trabalhador¹⁴. Da mesma forma, agentes químicos e biológicos presentes no meio ambiente do trabalho também podem causar doenças ocupacionais¹⁵.

Outra questão ligada à saúde do trabalhador são os acidentes. Um terço dos acidentes ocupacionais ocorridos no ambiente hospitalar vem sendo relacionado a materiais perfurocortantes^{1,16}, que podem conter materiais biológicos contaminados por agentes infecciosos⁶. A aplicação de medidas preventivas, como o uso de equipamentos de segurança individual e coletivas, é fundamental para a proteção do trabalhador¹³.

Todas estas questões ligadas à saúde do trabalhador, se aplicam aos profissionais da saúde e, neste caso, os agentes biológicos, como bactérias, parasitos, fungos, vírus, príons e outros^{17,18}, ganham relevância. A contaminação, neste caso, frequentemente ocorre por contato direto de fluidos corporais, como saliva, sangue, urina ou fezes, com mucosa, córnea e pele, podendo ocasionar doenças infecciosas graves e letais, como hepatite, tuberculose, Aids, dentre outras^{17,18}.

No cenário hospitalar, o comprometimento da saúde e segurança do profissional da saúde é patente e, por isso,

é essencial conhecer o meio ambiente de trabalho hospitalar em seus aspectos organizacionais, desde o comportamento informacional até as atividades desenvolvidas, além de verificar a incidência de acidentes e de doenças ocupacionais e o nível de segurança no ambiente de trabalho, para se desenhar uma política efetiva de saúde e segurança no trabalho.

No que diz respeito à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no contexto do ambiente hospitalar, através do estabelecimento de medidas de segurança que possam prevenir e/ou eliminar os riscos de acidentes por agentes nocivos à saúde, torna-se necessária a implementação de políticas de assistência à saúde ocupacional, com vistas a desenvolver procedimentos que atendam aos padrões normativos. Além disso, conhecer a concepção dos servidores profissionais de saúde, em relação à saúde e segurança do trabalho proporciona melhor entendimento do processo saúde-doença neste contexto.

A presente pesquisa que teve em seu escopo o fenômeno da saúde e segurança do trabalho, tendo como atores os profissionais de saúde lotados em um hospital universitário (HU), se propôs a avaliar como os servidores técnico-administrativos (TAE) da Clínica Obstétrica compreendem os aspectos relativos à saúde e segurança do trabalho, especialmente em relação às doenças ocupacionais no contexto do meio ambiente de trabalho.

Metodologia

Desenho do estudo

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo e de natureza subjetiva, com abordagem quantiquantitativa, que se propôs a obter dados a partir da pesquisa de campo com análise de cunho estatístico-descritivo com interpretações subjetivas^{19,20}.

Local de estudo

A pesquisa foi realizada no Hospital Universitário Lauro Wanderley – HU da Universidade Federal da Paraíba, instituição de ensino vinculada à rede de atenção à saúde oficial e que dispõe de serviços de Hemodinâmica, CTI Infantil, Adulto e de Cardiologia, Clínica Médica, Central de Material de Esterilização, Centro Cirúrgico, Doenças Infetoparasitárias (DIP), Clínica Cirúrgica, Clínica Obstétrica, Serviço de Pronto Atendimento (SPA), Serviço de Atendimento Especializado (SAE), além dos Ambulatórios.

Neste projeto piloto, a Clínica Obstétrica foi selecionada como local de pesquisa, devido à relevância e peculiaridade do serviço ali prestado, procedimentos clínicos e cirúrgicos envolvendo parto e assistência hospitalar ao neonatal e à puerpera.

População de estudo

A população incluiu 52 TAE (18 médicos, 9 enfermeiros e 25 técnicos de enfermagem) lotados no ano de 2017 na Clínica de Obstetrícia do referido Hospital.

A amostra idealizada incluiu todos os TAE lotados no setor e que aceitaram participar do presente estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dos 52 TAE, apenas 35 responderam ao questionário, equivalendo, portanto, à amostra da pesquisa, a qual correspondeu a um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 8%.

Coleta e análise dos dados

Foi realizada observação da realidade visando descrever a rotina e o meio ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica.

O questionário semiestruturado, aplicado aos TAE lotados no setor em 2017, era composto por 28 (vinte e oito) questões, divididas em cinco blocos: a)

perfil sociodemográfico; b) perfil de doenças ocupacionais; c) aplicação de medidas preventivas de saúde, higiene e segurança; d) avaliação do conhecimento sobre as Normas Regulamentadoras (NR); e, e) identificação do atendimento das Normas Regulamentadoras.

Os dados coletados foram analisados utilizando o software R versão 3.3.2⁴. Análise por estatística descritiva foi realizada utilizando frequência simples e percentual. Teste ANOVA e de Tukey foram usados para análise da média de idade dos profissionais estudados e Teste do Qui-quadrado foi utilizado para análise da associação entre as demais variáveis. Valores de $p < 0,05$ foram considerados significativos.

Aspectos éticos

Todas as etapas, desde a coleta de dados até a divulgação dos resultados, seguiram os preceitos éticos para pesquisa com seres humanos, conforme Resolução CNS N°. 466/2012, sendo a pesquisa devidamente apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB, Parecer N° 2.769.387 (CAAE N° 67102317.3.0000.5183).

Resultados e Discussão

Perfil Sociodemográfico dos Técnico-Administrativos Educacionais (TAE)

Trinta e cinco servidores lotados na Clínica Obstétrica do HU aceitaram participar da pesquisa (67,0%), sendo 15 médicos (42,9%), 5 enfermeiros (17,1%) e 15 (42,9%) técnicos de enfermagem. Esta amostra, maioria do gênero feminino (82,9%), apresentava profissionais com mais de 20 anos (40,0%), com 10 anos com (34,3%) ou entre 10 a 20 anos (25,7%) de tempo de serviço (**Tabela 1**).

⁴Software livre e gratuito, disponível em <https://www.r-project.org/>

A idade média dos participantes foi de 46,2±9,5 anos, sendo que a faixa etária entre 37 a 43 anos (25,7%) e de 49 a 55 anos (22,9%) foram as mais frequentes. Quando os dados foram analisados comparando as respostas dos TAE agrupados por cargo ocupado, os técnicos de enfermagem apresentaram maior tempo de serviço (>20 anos), enquanto os

médicos o menor tempo (<10 anos) e os enfermeiros tempo intermediário (entre 10 e 20 anos) (**Tabela 1**).

O longo tempo de serviço, mais de 10 anos, pode estar correlacionado à maior experiência profissional e a conhecimento tácito e técnico dos protocolos e técnicas relativos à segurança e saúde no trabalho⁷.

Tabela 1 Perfil da amostra de TAE total (N=35) e estratificada de acordo com cargo ocupado

	Cargo / Variáveis			
	Técnicos de Enfermagem (n=15)	Enfermeiros (n=5)	Médicos (n=15)	TAE (n=35)
Idade				
Média ± Desvio Padrão	53,3±8,62 ^{*a}	39,2±5,21	41,3±6,27	46,2±9,5
Gênero (%)				
Feminino	100,0	80,0	66,7	82,9 ^{*b}
Masculino	0,0	20,0	33,3	17,1
Tempo que trabalha na clínica (%)				
Menos de 10 anos	6,7	40,0	60,0 ^{*b}	34,3
Entre 10 e 20 anos	20,0	60,0 ^{*b}	20,0	25,7
Mais de 20 anos	73,3 ^{*b}	0,0	20,0	40,0
Já foi acometido por doença ocupacional (%)				
Não	40,0	40,0	86,7 ^{*b}	60,0
Sim	60,0	60,0	13,3	40,0

Fonte: Análise dos questionários. * p<0,05 (a. ANOVA; b. Qui-quadrado).

Doença ocupacional na Clínica Obstétrica

Todos os entrevistados afirmaram que sabiam o significado e definiram “doenças ocupacionais” de modo aceitável, por exemplo:

Doença relacionada à atividade de trabalho, desencadeada ou agravada pelas condições/ambiente de trabalho. (TAE₁)

Doença adquirida mediante atividade laboral seja ela por causa ou função repetitiva ou por exposição à patógenos ou agentes químicos e biológicos. (TAE₂)

Doenças ocasionadas no ambiente de trabalho. (TAE₁₇)

Doença que acomete um profissional devido a fatores relacionados ao local de trabalho. (TAE₂₀)

As falas demonstram que os TAE têm conhecimento adequado do significado de “doenças ocupacionais”, além dos fatores envolvidos e como o meio ambiente de trabalho pode contribuir para a ocorrência das doenças ocupacionais. Resta implícito neste entendimento que o “ambiente de trabalho” tem responsabilidade no desencadeamento de múltiplas morbidades.

Apenas 40,0% dos servidores relatou ter sido acometido por doenças ocupacionais nos últimos 5 anos, citando principalmente doenças musculares (14,3%), hipertensão (8,6%), micoses (5,6%), dentre outras (2,9%), como estafa,

faringite crônica, H1N1, síndrome do túnel no carpo (STC) foram citadas.

Boa parte dos enfermeiros (60,0%) e técnicos de enfermagem (60,0%) e apenas a uma pequena parcela dos médicos (13,3%) informaram ter sofrido alguma doença ocupacional (**Tabela 1**), sendo as mais citadas DORT/LER (37,0%), problemas cardíacos (22,2%), como hipertensão arterial sistêmica, doenças infecciosas (18,5%), como viroses e tuberculose, e doenças mentais (18,5%). Algumas destas morbidades apresentam dano permanente e com complicações adicionais^{10,22}. Estudo similar, realizado com servidores da administração geral de uma instituição pública de ensino superior, com foco no estresse ocupacional, revelou que a maioria dos trabalhadores se apresentava na fase de resistência (87,5%), ou seja, longa duração em que o organismo tenta reestabelecer o equilíbrio; e um pequeno percentual na fase de quase exaustão (10,4%), em que a resistência do indivíduo não é suficiente para lidar com o agente estressor, indicando que os níveis de tensão existentes na instituição podem favorecer a ocorrência de doenças²³.

Na mesma perspectiva, sobre os agravamentos das doenças ocupacionais, um estudo descritivo, com base nas informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Departamento de Informática do SUS (SINAN/DATASUS),

no período de 2007 a 2012, no Brasil, houve redução das incapacidades funcionais temporárias, que passaram de 79,9% para 67,9%, enquanto que as incapacidades permanentes passaram de 14,4% para 6,3%, possivelmente¹⁰. Os autores avaliaram que esta redução esteve relacionada a uma melhor percepção dos diagnósticos e notificações pelos profissionais da saúde durante o atendimento, além de melhor assistência aos casos com o desenvolvimento da política de saúde do trabalhador na atenção básica.

Os TAE consideraram estar expostos a diferentes tipos de riscos biológicos no ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica do HU (**Figura 1**). Esses agentes devem estar associados a prováveis situações de risco de acidentes com material biológico (fluídos orgânicos), devido à manipulação de materiais perfurocortantes contaminados^{6,16,17}. Não houve diferença significativa entre a maioria das respostas analisadas de acordo com o cargo dos TAE, exceto quando a maioria dos Técnicos de Enfermagem citou de forma equivocada a possibilidade de transmissão de HPV, como risco biológico, no ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica. Este achado foi contrário à expectativa de que com a experiência adquirida em serviço, devido ao maior tempo de lotação na Clínica Obstétrica (**Tabela 1**).

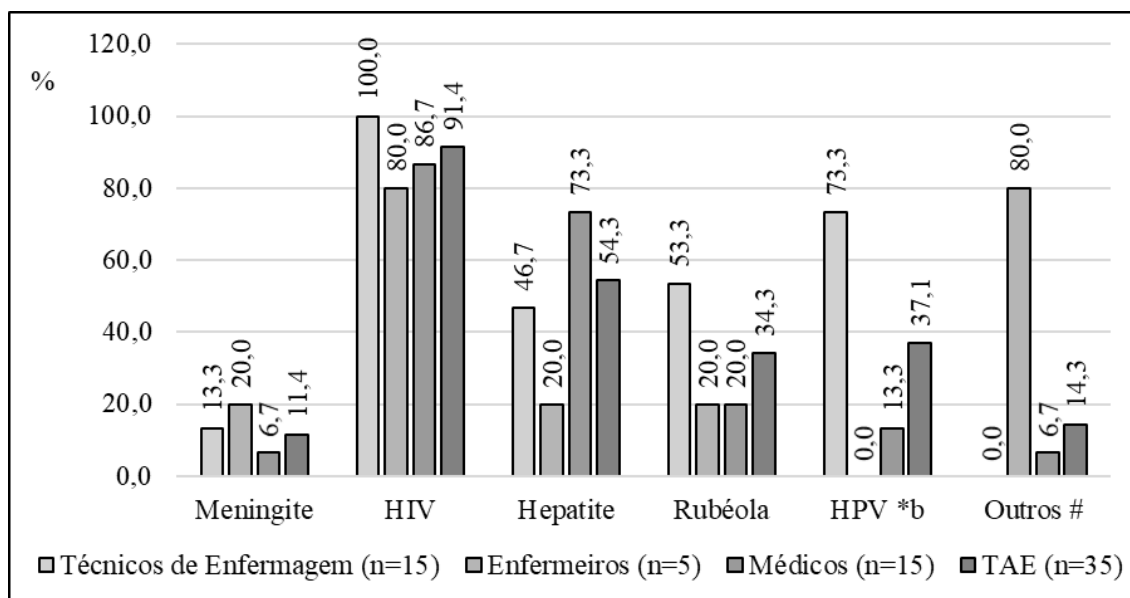


Figura 1 Comportamento dos TAE (N=35) por categorias - médicos (N=15), técnicos de enfermagem (N=15) e enfermeiros (N=5) - frente ao tipo de risco biológico aos quais os profissionais de saúde estão expostos no meio ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica. # Na categoria “Outros” foram citadas: sífilis, herpes, tuberculose, varicela, viroses e feridas infectadas. * $p < 0,05$ (b. Qui-quadrado). Fonte: Análise dos questionários (2017).

Estudo em unidades de saúde da família, no município de São Carlos-SP, de 2007 a 2008, confirmou mais de 90,0% dos procedimentos entre profissionais de enfermagem envolvendo o uso de agulhas, que podem ser vetores de contaminação de doenças²³.

Segundo os TAE, postura inadequada e ritmo excessivo foram os principais agentes ergonômicos, presentes no ambiente de trabalho (**Figura 2**). Entretanto, o fator mais referido pelos Técnicos de Enfermagem (86,7%) e o menos citado pelos Médicos (20%) foi o esforço físico (**Figura 2**) refletindo a

grande diferença entre as formas de trabalho destes dois perfis profissionais. Para os TAE, os riscos ergonômicos presentes no meio ambiente do trabalho foram o mobiliário e bancadas inadequados, equipamentos ou aparelhos não adaptáveis ergonomicamente, materiais inapropriadamente utilizados. Muitos destes problemas poderiam ter sido evitados ou minimizados a partir de uma gestão atenta às medidas necessárias de intervenção e também no fornecimento dos equipamentos quanto à saúde e segurança do trabalho³⁷.

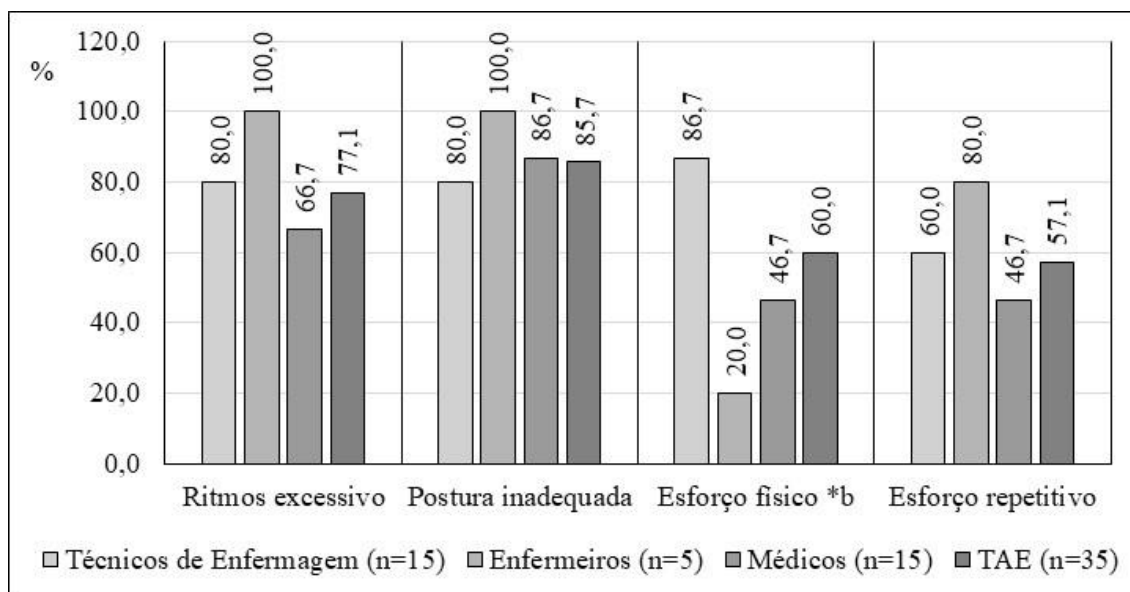


Figura 2 Percepção dos TAE (N=35) por categoria - médicos (N=15), técnicos de enfermagem (N=15) e enfermeiros (N=5) - em relação aos agentes ergonômicos presentes no meio ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica. * $p < 0,05$ (b. Qui-quadrado). Fonte: Análise dos questionários (2017).

Mais de 8 mil casos de dorsalgias decorrentes das condições de trabalho, geralmente relacionadas a lesões por esforços repetitivos (LER/DORT), foram identificados em estudo realizado no Brasil, para cada 100 mil trabalhadores, no período de 2007 a 2012¹⁰. Pesquisa com enfermeiros de nove unidades de saúde da família do Distrito Sanitário III de João Pessoa-PB, Brasil, no período de 2011 a 2012, mostrou que entre os riscos ergonômicos (12,9% dos riscos citados) incluíram fadiga pelo excesso de trabalho como causa da lombalgia devido à operacionalidade inadequada²⁴. Estudo com 1.177 trabalhadores de 14 unidades fabris identificou que distúrbios osteomusculares e prevalência de dor atingiram 25,4% dos trabalhadores e 44,4% das trabalhadoras, como resultado de atividades como levantamento de peso, postura inadequada, esforços repetitivos e ritmos excessivos²⁴.

Problemas de ordem psíquico-emocional, incluindo graves distúrbios mentais, podem ser provocados por variados e sucessivos incidentes com os

agentes ocupacionais^{22'25'26}. Estresse e depressão são as principais doenças ocupacionais neste contexto. Os trabalhadores da saúde é uma das categorias mais afetada por essas enfermidades, sendo que o estresse vem ocupando os primeiros lugares do ranking no meio ambiente de trabalho^{25'26'27}. Estudo com enfermeiros de cinco hospitais do interior de São Paulo revelou que, a maioria dos enfermeiros (57,1%) avaliam sua unidade de trabalho como fonte geradora de estresse²⁸. Dentro da mesma perspectiva, um estudo que avalia o estresse associado à hipertensão arterial, também com enfermeiros, da rede municipal de saúde de Belo Horizonte-MG, no período de 2008 a 2009, mostrou que houve relação direta com o estresse no trabalho e o adoecimento da hipertensão arterial¹³.

Os TAE da Clínica Obstétrica do HU relataram estar expostos diversos agentes físicos presentes no ambiente de trabalho, com destaque para radiações e ionizantes e temperaturas (**Figura 3**).

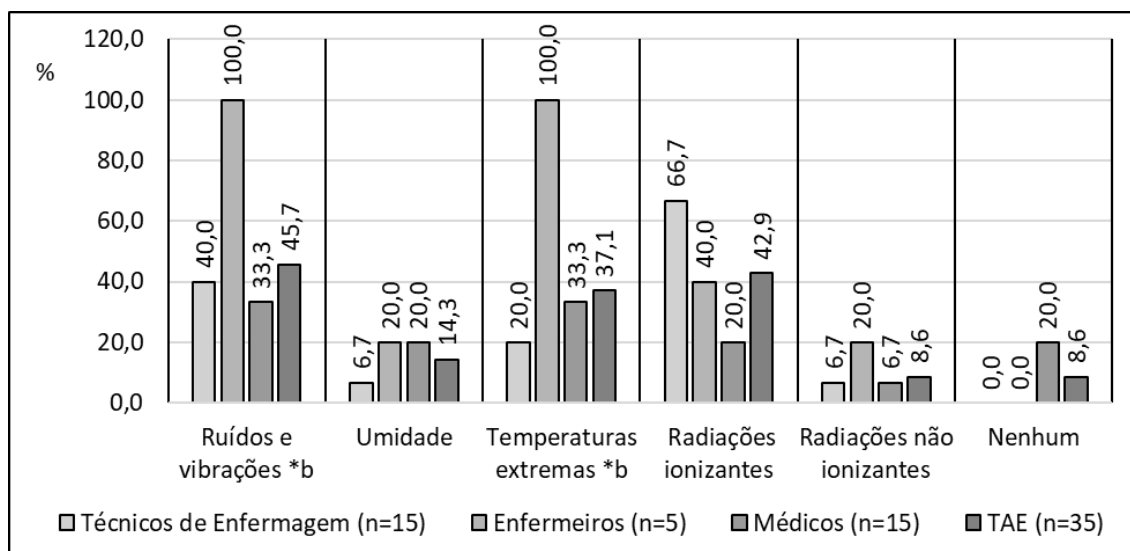


Figura 3 Percepção dos TAE (N=35) e por categoria - médicos (N=15), técnicos de enfermagem (N=15) e enfermeiros (N=5) - em relação aos agentes físicos presentes no ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica. * $p < 0,05$ (b. Qui-quadrado). Fonte: Análise dos questionários (2017).

Apesar da natureza bastante comprometedora para a saúde do profissional dos agentes físicos mencionados no ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica (**Figura 3**), radiações ionizantes, citadas por 42,86% dos TAE, produzem danos à saúde dependendo da intensidade do contato, podendo causar doenças graves e irreversíveis ou mesmo levar a óbito², uma vez que acarreta morte celular¹⁴. Entretanto, na Clínica Obstétrica, o contato com as radiações ionizantes ocorre de modo eventual, ou seja, quando o exame de imagem é solicitado, porém o procedimento é feito pelo Técnico em Radiologia utilizando aparelho de Raios-X móvel, devidamente protegido por EPI e biombo como EPC.

Estudo, desenvolvido em três hospitais localizados no interior do Rio Grande do Sul, com serviço de radiologia, tendo como sujeitos da pesquisa os técnicos em radiologia, identificou sensação de apetite diminuído (62,5%), náuseas (37,5%), vômito (12,5%), diarreia (37,5%), cansaço e dor muscular (12,5%), ocorrência de cefaleia uma a cinco vezes (12,5%) ou mais de cinco vezes ao mês (25,0%)²⁸.

Apesar de boa parte dos TAE (45,71%) ter indicado ruídos e vibrações, frequentemente considerados como

fenômenos semelhantes, como risco presente no meio ambiente do trabalho, nenhuma unidade do HU apresentou riscos físicos deste tipo, uma vez que o tipo de equipamentos ou aparelhos utilizados nas Clínicas e ambulatorios não emite ruídos ou produz vibrações capazes de provocar danos à saúde. Os dados sugerem que os TAE teriam entendido como o agente físico que oferece risco seriam os sons emitidos pelos aparelhos de ar condicionado, materiais caindo, pessoas gritando e ruídos semelhantes. Entretanto, não há estudos avaliando o ruído no ambiente interno do HU, uma vez que a legislação não identifica riscos deste tipo no ambiente hospitalar. No ambiente externo, entretanto, as medições do ruído produzido por equipamentos como caldeiras, compressores, geradores ou oficinas, não identificou emissão de ruído acima do limite de tolerância estabelecido pela legislação^{2,29}.

Medidas preventivas na Clínica Obstétrica

Em relação aos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, os resultados foram satisfatórios, pois quase a totalidade dos TAE informaram fazer uso (97,1%),

do mesmo modo a maioria deles afirmaram receber os EPI da instituição (94,3%). Quanto à presença desses profissionais da saúde na participação em cursos, palestras, treinamentos ou capacitação sobre medidas de prevenção de saúde, higiene e segurança do trabalho, os resultados demonstraram que um número significativo de TAE não realizou nenhum tipo de reciclagem (68,6%). No que se refere aos órgãos que promovem esse tipo de formação complementar, foram destacados o Hospital Universitário - HU (25,7%) e a Empresa Brasileira de

Serviços Hospitalares - EBSEH (5,7%), instituição administradora do HU desde 17 de dezembro de 2013, firmado em Brasília, contrato nº 45/13²⁹.

A NR-6 foi a mais citada pelos TAE (**Figura 4**), o que foi pertinente, pois esta NR trata do uso de EPI. Mas NR também relevantes ao ambiente de trabalho, como as NR-15, NR-17 e NR-32, que abordam atividades e operações insalubres, ergonomia e segurança e saúde no trabalho em estabelecimento de saúde, respectivamente, não tiveram o mesmo reconhecimento.

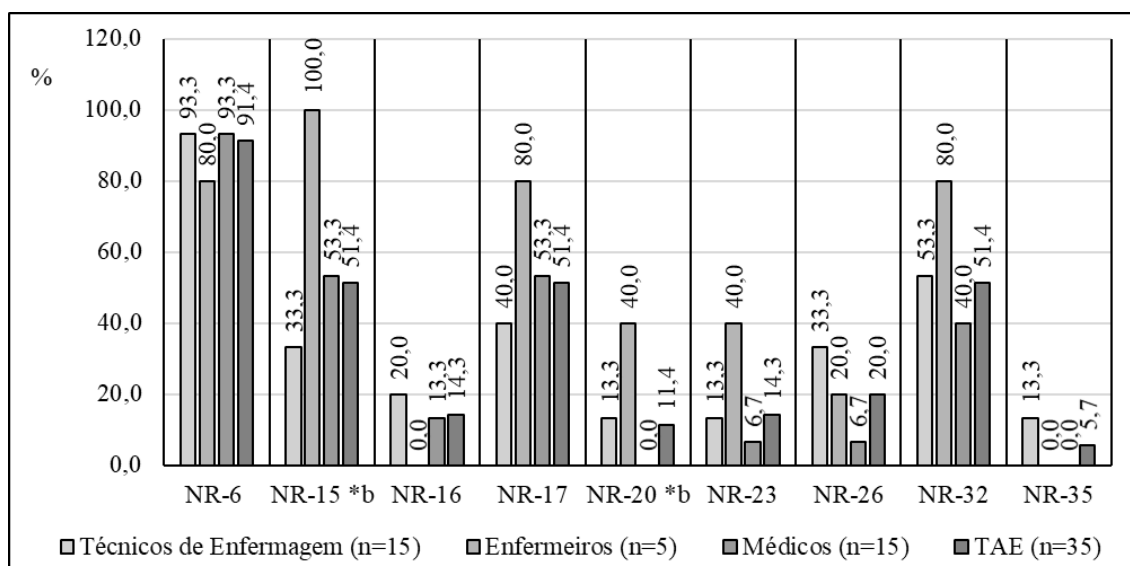


Figura 4 Conhecimento dos TAE (N=35) e por categoria - médicos (N=15), técnicos de enfermagem (N=15) e enfermeiros (N=5) - sobre as Normas Regulamentadoras voltadas para a saúde e segurança no ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica. * $p < 0,05$ (b. Qui-quadrado). Fonte: Análise dos questionários (2017).

Estudo de abordagem qualitativa realizado em uma empresa que atua na prestação de serviços na área de Medicina e Segurança do Trabalho, no município de Sertãozinho, São Paulo, reforçou a necessidade de se destacar os pontos relevantes da aplicação das NR como instrumento de fomento para segurança do trabalhador³⁰. O estudo também destacou a necessidade de desenvolver a cultura organizacional no que diz respeito ao cumprimento das NR para segurança do trabalhador, conscientização para o uso dos EPI, implementação de uma política de

segurança com programas de estudos normativos de segurança e das leis.

As Normas Regulamentadoras devem ser utilizadas nas ações laborais com o intuito de evitar, eliminar ou minimizar os riscos que possam causar danos à segurança e saúde dos trabalhadores. Uma vez os riscos, fatores ou situações sendo identificados de forma antecipada, permite que medidas de intervenção e impedimento de danos sejam implantadas ou implementadas.

Riscos ambientais e cumprimento das normas de segurança e saúde no meio

ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica

a) Descrição do meio ambiente de trabalho

Antes de 2016, a Clínica Obstétrica funcionava no terceiro andar do HU e era composta pelos seguintes ambientes: Salas de Leite Materno, Cardiotocografia, Parto, Berçário, Maternidade, Obstetrícia, Neonatologia, Enfermarias, Sala de Expurgo e Recepção.

Avaliação sobre os aspectos das condições do meio ambiente de trabalho de modo qualitativo foi realizada pela gestão da UFPB no ano de 2006⁵. Apesar da existência de dois armários contra incêndio com mangueiras no corredor da Clínica Obstétrica e de alguns ambientes do setor, como sala de descanso dos médicos, sala de descanso das enfermeiras, sala de prescrição médica, bem equipados e em bom estado de conservação, o relatório apontou problemas envolvendo alvenaria, hidráulica, elétrica, mobiliário, aparelhos, equipamentos e materiais, que podem comprometer as condições do meio ambiente laboral.

Havia infiltrações no teto dos banheiros e lavatórios; armários com defeitos, necessitando de pintura e com acúmulo de diversos tipos de insetos; camas enferrujadas; janelas com persianas quebradas; sinaleiras de aviso com defeito nas enfermarias; material de esterilização armazenado em armários sem portas e no mesmo local dos armários dos funcionários; carrinho de medicamentos de emergência com defeito; mesa de parto enferrujada; macas para exames obsoletas. A porta da saída de emergência encontrava-se aberta sem o dispositivo de segurança; não havia corrimão nas escadas, luzes de emergência e nem placas de sinalização; as escadas estavam sujas, com materiais obstruindo a passagem, tais como: camas, cadeiras, papelões e outros. Aparelho de

Raios-X móvel, balanças horizontais, cardiotacógrafos, respiradouros, berços aquecidos, incubadoras, fototerapia, aspirador na parede, foco de luz, equipamentos de oxigênio e ar comprimido, na época da inspeção, estavam sendo substituídos por equipamentos modernos, visto que alguns já eram obsoletos. O Relatório de Inspeção também apontou a necessidade da implantação de um sistema de proteção e combate a incêndio, além do desenvolvimento de programa de treinamento de ações preventivas e/ou corretivas à saúde ocupacional e riscos do trabalho.

Diante da situação descrita, para que as reformas e recuperações necessárias pudessem ser realizadas, a Clínica Obstétrica foi transferida da ala direita do terceiro andar para a ala esquerda do sétimo andar do HULW.

A visita observacional ao novo espaço onde a Clínica Obstétrica passou a funcionar durante a reforma mostrou que os problemas que existiam no ambiente anterior foram resolvidos.

b) Rotina de trabalho na Clínica Obstétrica

Durante a observação do processo de trabalho na Clínica Obstétrica, foi identificada demonstração de afeto por parte dos profissionais de saúde às pacientes e ao neonato. Os TAE demonstraram se esforçar por fazer o melhor para os pacientes desde seu deslocamento ou mudança de leito, até fazer o atendimento a pacientes alojados nos corredores devido à sobrecarga e urgência dos casos.

Quanto aos aspectos relacionados à segurança do trabalho foi possível observar que a maioria dos TAE do setor utilizava os EPI de maneira correta, conforme preconiza a NR-6; que haviam equipamentos e aparelhos novos e antigos, sendo que alguns apresentaram problemas durante a utilização, porém sendo prontamente substituídos; que os

⁵Laudo Técnico Ambiental do Trabalho – LTCAT elaborado pela Divisão de Segurança do Trabalho – DIST/UFPB, 2006.

medicamentos estavam devidamente acondicionados em estantes e armários novos, ou em adequada refrigeração, quando necessária; e que a administração de medicamentos e soluções, higiene, assistência e intervenções médicas (parto, curetagem, curativo genital e outros) eram executadas com cuidados necessários à proteção tanto do paciente quanto do profissional da saúde (TAE). Entretanto, foi observado que, na ocorrência de uma grande demanda de pacientes, frequentemente faltavam roupas limpas suficientes (lençóis e vestimentas), como identificado quando algum/alguma paciente eliminava vômito, diarreia, urina ou se sujava com sangue. Os TAE informaram que a carência desse material era devida à terceirização do serviço de lavanderia, pois, uma vez que a lavagem e esterilização das roupas tem sido feita por empresa localizada em Recife-PE, o abastecimento do hospital, que era a cada dois dias, recentemente, passou a ser realizado apenas duas vezes por semana, reduzindo a disponibilidade de roupas de cama e de vestimentas.

c) Riscos ambientais na Clínica Obstétrica

A observação da rotina de trabalho na Clínica Obstétrica permitiu identificar dois contextos intrinsecamente inter-relacionados no contexto laboral: o meio ambiente de trabalho e os processos de trabalho. A exposição dos profissionais aos riscos de acidentes na Clínica Obstétrica é constante e pode ser latente, contingente ou explícita, podendo estar relacionada diretamente ao profissional ou ao ambiente hospitalar. Estes riscos podem envolver agentes químicos, físicos, biológicos e ergonômicos, os quais podem causar doenças ocupacionais e acidentes de trabalho^{2,3,4}.

Entretanto, a despeito do que informaram os TAE, como agentes químicos presentes na Clínica Obstétrica foram encontrados apenas gases medicinais (oxigênio e o ar comprimido) e

algumas substâncias químicas (éter, iodo e álcool etílico), que não oferecem riscos mensuráveis de acordo com a legislação. Da mesma forma, a maioria dos agentes físicos, observados na Clínica Obstétrica, não oferece risco de acidente ou à saúde dos TAE, incluindo a exposição a radiações ionizantes que é esporádica e quando o aparelho móvel é usado, os profissionais ficam protegidos por EPI adequados. Não há exposição a ruídos, calor, radiações não ionizantes, vibrações, frio e umidade que ultrapasse os limites de tolerância estabelecidos na NR-15.

Por outro lado, risco de acidente elétrico podem ocorrer ocasionalmente devido a possível mau funcionamento de equipamentos ou aparelhos, e riscos biológicos potenciais foram identificados na Clínica Obstétrica envolvendo principalmente acidente com material perfurocortante contaminado, por exemplo, agulhas de injeção e bisturi. Além disso, os profissionais são expostos a pacientes e material biológico potencialmente contaminados com microrganismos infecciosos, como vírus ou bactérias (hepatite, rubéola, meningite, HIV, sífilis, herpes, tuberculose, varicela, viroses diversas e feridas infectadas).

Riscos ergonômicos foram identificados no mobiliário da Clínica Obstétrica que possui mesas com quinas pontiagudas e camas reservas dispostas no corredor, reduzindo espaço de circulação, podendo provocar acidentes.

d) Descartes de resíduos sólidos na Clínica Obstétrica

O descarte de material contaminado (resíduos sólidos) gerado na Clínica Obstétrica ocorre a partir da sala de expurgo. Nesta sala, há um lavatório e depósito com álcool para esterilização das mãos. Há sacos grandes de plástico para colocar roupas e lençóis usados e potencialmente contaminados com sangue, fezes, urina, e para outras peças de vestuário utilizadas pelos pacientes. Há

sacos grandes de plástico para colocar roupas sujas utilizadas pelos técnicos-administrativo após o plantão. O pessoal da lavanderia repõe roupas e lençóis limpos utilizando carrinho e depois outro carrinho recolhe as roupas e lençóis sujos.

Há um vaso sanitário para o despejo de urina e fezes dos pacientes coletados em aparadeiras. Caixas padronizadas para coleta de material perfurocortante (seringas, lâminas, agulhas e outros) estão acondicionadas em prateleiras. As caixas são recolhidas nas clínicas e levadas para depósito específico localizado na área externa do HULW. Posteriormente, empresa contratada realiza a destinação final dos resíduos.

Os materiais metálicos utilizados nos procedimentos na Clínica Obstétrica, incluindo os cirúrgicos, como bisturis, diversos tipos de pinças, lâminas, agulhas para sutura, aparadeiras e outros, são colocados em uma bombona contendo uma mistura diluída com o glutaraldeído (material químico para desinfecção) e depois serão levados para a Central de Material e Esterilização – CME, localizada no segundo pavimento do HULW. Os profissionais do CME recolhem o material cirúrgico utilizado na Clínica para ser higienizado, esterilizado em autoclave, antes de ser devolvido à Clínica Obstétrica

Conclusão

Os dados aqui apresentados possibilitaram conhecer a percepção e compreensão dos TAE da Clínica Obstétrica sobre a segurança e saúde no trabalho e as medidas preventivas em relação às doenças ocupacionais no meio ambiente de trabalho. Os TAE demonstraram ter conhecimento coerente com o que diz a legislação e a literatura pertinentes. Foi possível identificar também que os servidores estão expostos a vários tipos de doenças e riscos em seu ambiente de trabalho, mas que aplicam de maneira correta as medidas preventivas de saúde, higiene e segurança do trabalho.

Os TAE também demonstraram conhecer as normas de regulamentadoras, em especial a NR-6.

Como projeto piloto, os dados aqui apresentados podem ser extrapolados para todo o hospital, uma vez que corroboram o que vem sendo constatado pela Divisão de Segurança do Trabalho - DIST que confirmam a existência de pacientes com doenças infectocontagiosas em todas as clínicas do HULW, conforme tem sido frequentemente repassado ao setor jurídico da instituição para instrumentar processos de revisão de insalubridade.

Diante destes dados, a necessidade de se criar uma política de saúde e segurança do trabalho, direcionada ao controle e prevenção de doenças e infecções, com ênfase nas ações de medidas de segurança e proteção no ambiente de trabalho da Clínica Obstétrica.

Contribuições de autoria

Todos os autores participaram igualmente da concepção do estudo, da análise e interpretação dos dados, da redação e da aprovação da versão final do manuscrito publicado.

Referências

1. Canini SRM, Gir E, Hayashida M. Acidentes perfurocortantes entre trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário do interior paulista. [Internet]. 2002 [acesso em 2016 abr 15]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n2/10511.pdf>
2. Araújo GM. Legislação de segurança ocupacional: Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual; 2006.
3. Araújo GM. Normas regulamentadoras comentadas: Legislação de Segurança e

- Saúde no Trabalho. 6. ed. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual; 2007.
4. Moraes GA. Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional. Rio de Janeiro: Editor e Livraria Virtual; 2006.
 5. Deretti L. A interferência do meio ambiente de trabalho na vida do trabalhador. TeRCi [Internet]. 2014 [acesso 2018 jan 25]; 4(2): 123-141. Disponível em: <http://www.cnecrij.com.br/ojs/index.php/temimos/article/view/83>
 6. Oliveira JE, Lage, KR, Avelar, SA. Equipe de enfermagem e os riscos biológicos: Norma Regulamentadora 32 (NR – 32). Revista Enfermagem Integrada [Internet]. 2011 [acesso em 2018 jan 15]; 4(2): 793-805. Disponível em [https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/02-equipe-de-enfermagem-e-os-riscos-biologicos-norma-regulamentadora-32\(nr-32\)\(oliveira%3bblage%3bavelar\).pdf](https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/02-equipe-de-enfermagem-e-os-riscos-biologicos-norma-regulamentadora-32(nr-32)(oliveira%3bblage%3bavelar).pdf)
 7. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 3.214, 08 de junho de 1978. [Internet] 1978. [acesso em 2017 abr 15]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>
 8. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.270 de 17 de dezembro de 1991. [Internet]. Brasília, DF; 1991. [acesso em 2017 abr 15]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8270.htm
 9. Ferreira, MC. Ergonomia da atividade aplicada à qualidade de vida no trabalho: lugar, importância e contribuição da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Rev. bras. Saúde ocup. [Internet]. 2015 [acesso em 2018 jan 10]; 40 (131): 18-29. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v40n131/0303-7657-rbso-40-131-18.pdf>
 10. Santos KOB, Almeida MMC, Gazerdin DDS. Dorsalgias e incapacidades funcionais relacionada são trabalho: registros do sistema de informação de agravos de notificação (SINAN/DATASUS). Rev. Bras. Saúde Ocup. [Internet]. 2016 [acesso em 2018 jan 15]; 41(3): e3 [1-9]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v41/2317-6369-rbso-41-e3.pdf>
 11. Ragadali Filho A, Leal I, Anjos QS, Leite SA, Danelussi DP. Lesões por esforços repetitivos (Ler): uma doença misteriosa do trabalho. Rev. Saberes [Internet]. 2015 [acesso em 2018 jan 10]; 3(2): 76-89. Disponível em http://facsapaulo.edu.br/media/files/35/35_1386.pdf
 12. Cooper CL, Sloan SJ, Williams J. Occupational stress indicator management guide. Windsor: NFER-Nelson; 1988. Disponível em <https://doi.org/10.1177/001872679404700405>.
 13. Pimenta AM, Assunção AÁ. Estresse no trabalho e hipertensão arterial em profissionais de enfermagem da rede municipal de saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Rev. Bras Saúde Ocup. [Internet]. 2016 [acesso em 2018 fev 15]; 41: e6 [1-11]. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/rbso/v41/en_2317-6369-rbso-41-e6.pdf
 14. Okuno E. Efeitos biológicos das radiações ionizantes. Acidente radiológico de Goiana. Estudos Avançados [Internet]. 2013 [acesso em 2018 fev 20]; 27(77): 185-199. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v27n77/v27n77a14.pdf
 15. Hungaro AA, Martins BF, Santana CJ, Sena HAD, Rosa NM, Oliveira MLF, et al. Riscos ocupacionais químicos e enfermagem: análise de produção científica sobre o tema. Rev Uningá [Internet]. 2014 [acesso em 2018 jun 20]; 19(1): 44-48. Disponível em <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1525>
 16. Lisboa ES, Melo CM, Bardella JC, Meireles MM. Índice de acidentes de trabalho com perfuro cortantes. Ensaios e Ciência: Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde [Internet]. 2011 [acesso em 2017

- dez 15]; 15(6): 85-94. Disponível em <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/en-saioeciencia/article/download/2835/2688>
17. Amaro Júnior AS, Custódio JMO, Rodrigues VPS, Nascimento VJMO. Risco biológico no contexto da prática de enfermagem: uma análise de situações favorecedoras. *Rev Epidemiol Control Infect.* [Internet]. 2015 [acesso em 2018 jan 15]; 5(1):42-46. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/5396/4129>
 18. Rezende KCAD. Risco biológico e medidas de prevenção na prática da atenção básica. [dissertação]. Goiás: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem; 2011.
 19. Minayo MCS, organizadora. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2003.
 20. Marconi M, Lakatos EMA. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2001.
 21. Goulart Junior E. et al., Trabalho e estresse: identificação do estresse e dos estressores ocupacionais em trabalhadores de uma unidade administrativa de uma instituição pública de ensino superior (IES). *Revista GUAL* [Internet]. 2014 [acesso em 2018 fev 10]; 7(1): 1-17. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p1>
 22. Cardoso ACM, Figueiredo RM. Situações de risco biológico presentes na assistência de enfermagem nas unidades de saúde da família (USF). *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2010 [acesso em 2018 mar 10]; 18(3): 368-372. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_11.pdf
 23. Medeiros AL, Costa MBS, Sousa MCJ, Rosenstock KIV. Gerenciamento de riscos e segurança no trabalho em unidades de saúde da família. *R bras ci Saúde* [Internet]. 2013 [acesso em 2018 mar 17]; 17(4): 341-348. Disponível em periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/download/12677/11434
 24. Tolentino CGS, Almeida G, Fernandes RCP. Distúrbios musculoesqueléticos em extremidades superiores distais entre homens e mulheres: resultados de estudo na indústria. *Rev Bras Saude Ocup.* [Internet]. 2017 acesso em 2018 mar 09]; 42(e3): 1-10. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v42/2317-6369-rbso-42-e3.pdf>
 25. Santana LL, Sarquis LMM, Brey C, Miranda FMA, Felli VEA. Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil. *Rev Gaúcha Enferm.* [Internet]. 2016 [acesso em 2018 jan 18]; 37(1): 1-7 [e53485]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n1/0102-6933-rgenf-1983-144720160153485.pdf>
 26. Oliveira RJ, Cunha T. Estresse do profissional de saúde no ambiente de trabalho: causas e consequências. *Caderno Saúde e Desenvolvimento* [Internet]. 2014 [acesso em 2018 mar 18]; 3(2): 78-93. Disponível em <https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/.../article/download/302/238>
 27. Preto VA, Pedrão LJ. O estresse entre enfermeiros que atuam em unidade de terapia intensiva. *Rev Esc Enferm. USP* [Internet]. 2009 [acesso em 2018 mar 18]; 43(4): 841-848. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n4/a15v43n4.pdf>
 28. Brand CI, Fontana RT, Santos AV. A saúde do trabalhador em radiologia: algumas considerações. *Texto Contexto Enferm.* [Internet]. 2011 [acesso em 2018 jan 18]; 20(1): 68-75. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n1/08.pdf>
 29. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Universidade Federal da Paraíba. Hospital Universitário Lauro Wanderley. Plano Diretor Estratégico – PDE 2016/2017 [acesso em 2018 mar 19]. Disponível em <http://www.ebserh.gov.br/documents/220250/951688/PDE+HULW+Versa%CC%83o>

- +final_2016-2017.pdf/31bddb9e-49b8-40d8-9164-be2f4f02b8c6
30. Souza EFN, Machado WO. A segurança do trabalho nas empresas: um estudo de seu papel e sua importância. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos” [Internet]. 2013 [acesso em 2018 jan 18]; 4(1): 102-116. Disponível em http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627111555.pdf

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde e segurança no trabalho são componentes desafiadores no dia a dia dos trabalhadores no ambiente laboral visando proteger o trabalhador e promover sua qualidade de vida no seu meio ambiente de trabalho. A saúde e segurança no trabalho foca tanto nas prováveis doenças ocupacionais, prezando pelo bem-estar físico, mental e social do trabalhador, quanto na busca por garantir condições salubres, tornando o trabalho em ambiente menos perigoso e livre de acidentes. As leis e políticas públicas voltadas para a saúde e segurança do trabalhador buscam implementar ações corretivas e preventivas para garantir a segurança individual e coletiva no ambiente laboral.

Os servidores técnico-administrativos, enquanto trabalhadores lotados em ambiente hospitalar da Clínica Obstétrica do Hospital Universitário Lauro Wanderley estão expostos a riscos peculiares às funções desempenhadas no meio ambiente de trabalho.

Os resultados aqui apresentados revelaram que os TAE vêm sendo expostos a riscos físicos, químicos, biológicos e/ou ergonômicos e de acidentes de variada intensidade. Os riscos biológicos foram os mais frequentemente identificados pelos TAE, enquanto que os riscos de acidentes foram os menos citados. Apesar dos riscos a que estão expostos, apenas 40,0% dos TAE confirmaram ter sido acometido por doenças ocupacionais. Já em relação à exposição aos riscos biológicos presentes nas atividades laborais, os TAE indicaram maior exposição a HIV e hepatite. Entre as doenças ocupacionais citadas havia doenças musculares, hipertensão arterial, transtornos mentais e doenças infecciosas, como H1N1, virose e tuberculose. A baixa incidência de acidentes e doenças ocupacionais parece se correlacionar com as medidas preventivas, principalmente mediante o autocuidado e o uso dos EPI durante a exposição aos riscos.

A importância de conhecer as NR e aplicar os cuidados necessários para a prevenção de doenças e acidentes ocupacionais foi confirmada na medida em que a maioria dos TAE demonstraram cumprir as normas mantendo baixos os índices de acidentes e adoecimento. Destacou-se à experiência por tempo de serviço, o que contribuiu com que as NR fossem cumpridas, demonstrando o atendimento às normas, minimizando os fatores de risco.

Porém, alguns TAE não vêm atendendo às medidas preventivas de modo adequado. Entretanto, estas inadequações podem estar ligadas à ausência de uma política institucional de saúde e segurança do trabalho, que conscientize os trabalhadores e que forneça condições satisfatórias para o exercício profissional seguro. Desse modo, o ambiente de trabalho pode se transformar em um espaço com adequadas condições de trabalho

permitindo melhor desempenho das funções laborais, satisfação do servidor e produtividade, trazendo benefícios para os que convivem no meio ambiente de trabalho.

Diante do exposto, os resultados da pesquisa refutam a hipótese proposta inicialmente, pois foi possível demonstrar que os TAE compreendem o conceito de doenças ocupacionais, conforme preconizado pela legislação e descrito na literatura pertinente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. G. N.; TORRES, S. C.; SANTOS, C. M. F. Riscos ocupacionais na atividade dos profissionais de saúde da atenção básica. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 142-154, 2012. Disponível em: <<http://www.baiana.edu.br/revistas>>. Acesso em: 11 maio 2018.
- ARAÚJO, G. M. **Legislação de segurança ocupacional**: Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, 2006.
- ARAÚJO, G. M. **Normas regulamentadoras comentadas**: Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. 6. ed. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, 2007.
- BERTANI, T. M. **Lean healthcare**: recomendações para implantações dos conceitos de Produção Enxuta em ambientes hospitalares. 2012. 166 f. Dissertação – (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.
- BOMFIM, E. S. Meio ambiente do trabalho equilibrado: qualidade de vida e rentabilidade. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 261-271, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4900>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- BRASIL. Constituição Federal da República. 1988. **Art. 200**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BRASIL. Constituição Federal da República (1988). **Constituição da República Confederativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Art. 225. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. EBSEH. Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW). 2016. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Contrato nº 48000.003155/2007-17**: desenvolvimento de estudos para elaboração do Plano Duodecenal (2010 - 2030) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. 2009. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256654/P56_RT82_Sustentabilidade.pdf/63658b10-0115-4e61-8602-702301cf24a5>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 3.214**, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. 1978. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P3214_78.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº. 12.864**, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12864.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.213**, de 24 de setembro de 2013. 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017

CAMPOS, G. W. S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CANINI, S. R. M.; GIR, E.; HAYASHIDA, M. **Acidentes perfurocortantes entre trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário do interior paulista**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n2/10511.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CECIM, B. et al. Política ambiental: um enfoque em empresas de Palmas. [2014]. Disponível em: <http://www.abes-df.org.br/upload/artigo/2014_05_27/politica_ambiental_um_enfoque_em_empresas_de_palmas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, L. G. A. D. A importância da prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho para a capacidade produtiva organizacional. 2007. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/817/1/Microsoft%20Word%20-%20ACC%20Lilian%20Costa.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

EDDINE, S. C. **Tutela jurídica do meio ambiente**: a quantificação do dano ambiental e sua importância para a construção e desenvolvimento de sociedades sustentáveis. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTOURA, F. P.; GONÇALVES, C. G. O.; SOARES, V. M. N. Condições e ambiente de trabalho em uma lavanderia hospitalar: percepção dos trabalhadores. *Rev Bras Saúde Ocup* v. 41, e5, 2016. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbso/v41/2317-6369-rbso-41-e5.pdf>. Acesso em: 20 no. 2017.

FREITAS, M. P.; MINETTE, L. J. **A importância da ergonomia dentro do ambiente de produção**. In: SIMPÓSIO ACADÊMICO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 9. SAEPRO, Universidade Federal de Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://www.saeopro.ufv.br/wp-content/uploads/2014.5.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUNGARO, A. A. et al. Riscos ocupacionais químicos e enfermagem: análise de produção científica sobre o tema. **Rev Uningá**, n. 19, v. 1, p. 44-48, 2014. Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1525>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. A. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, C. L. et. al. Equipamentos de proteção individual: a perspectiva de trabalhadores que sofreram queimaduras no trabalho. *Rev. Enferm. UFSM*, v. 3, n. esp., p. 668-678, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/viewFile/11060/pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORAES, G. A. **Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional**. Rio de Janeiro: Editor e Livraria Virtual, 2006.

NISHIDE, V. L.; BENATTI, M. C. C.; ALEXANDRE, N. M. C. **Ocorrência de acidente do trabalho em uma unidade de terapia intensiva**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000200009&Ing-pt&nrm=isso>. Acesso em: 15 abr. 2016.

OLIVEIRA, J. C. **Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2016.

OLIVEIRA, J. E.; LAGE, K. R.; AVELAR, S. A. Equipe de enfermagem e os riscos biológicos: Norma Regulamentadora 32 (NR – 32). **Revista Enfermagem Integrada**, v. 4, n. 2, p. 793-805, 2011. Disponível em: <[https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/02-equipe-de-enfermagem-e-os-riscos-biologicos-norma-regulamentadora-32\(nr-32\)\(oliveira%3blage%3bavelar\).pdf](https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v4_2/02-equipe-de-enfermagem-e-os-riscos-biologicos-norma-regulamentadora-32(nr-32)(oliveira%3blage%3bavelar).pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OLIVEIRA, O. J.; OLIVEIRA, A. B.; ALMEIDA, R. A. Gestão da segurança e saúde no trabalho em empresas produtoras de baterias automotivas: um estudo para identificar boas práticas. **Produção**, v. 20, n. 3, p. 481-490, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v20n3/aop_t600040058.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Constituição da organização mundial da saúde**. 1946. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

PEREIRA, L. C. et. al. Trabalho noturno: a privação do sono da equipe de enfermagem em uma unidade de pronto atendimento. **Ciência e Praxis**, v. 3, n. 6, p. 19-24, 2010. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/viewFile/2172/1163>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PROCHNOW, A. et al. Acidente de trabalho: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 156-164, abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/2624/3149>>. Acesso em: 17 maio 2018.

REIS, M. **ICMS ecológico como instrumento de proteção ambiental**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Marília, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, L. A.; SANTANA, L. C. Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional. **Revista de Iniciação Científica – RIC**, Cairu, v. 2, n. 2, p. 75-96, jun. 2015. Disponível em: <http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/06_QUALIDADE_VIDA_TRABALHO.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.3, p. 4-29, jul/set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a02v19n3.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SÁ, A. C. M. G. N. et al. Acidentes de trabalho suas repercussões legais, impactos previdenciários e importância da gestão no controle e prevenção: revisão sistemática de literatura. **Rev Med Minas Gerais**, v. 26, e-1825, 2017. Disponível em: <<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2232>>. <DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20160125>> Acesso em: 20 jun. 2017.

SANTOS, J. B.; JABBOUR, C. J. C. Adoção da energia solar fotovoltaica em hospitais: revisando a literatura e algumas experiências internacionais. **Saúde Soc**, São Paulo, v.22, n.3, p. 972-977, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-1290&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2017.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D. E. P.; JEAN, R. A construção da interdisciplinaridade no trabalho da Equipe de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 3203-3212, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n11/3203-3212/pt>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SEABRA, G. **Educação ambiental**: conceitos e aplicações. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

SERRA NETO, A. **Saúde e ambiente de trabalho do servidor público federal do Maranhão**: visão da perícia médica. 2015. 67 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SILVA, N.; TOLFO, S. R. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. **Revista Psicologia**: Organizações e Trabalho, v. 12, n. 3, p. 341-354, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SOUZA, E. F. N.; MACHADO, W. O. A segurança do trabalho nas empresas: um estudo de seu papel e sua importância. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, v. 04, n. 01, p.

102-116, jan.-jun., 2013. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/efnsa/revista/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

TALDEN, Q. F. Meio ambiente de trabalho. **Revista Direito e Liberdade**, Mossoró, v. 6, n. 2, p. 443–462, jan/jun. 2007. Disponível em: <www.smar.n.tjrn.jus.br/revistas/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

TYBUSCH, T. M. M. *et al.* Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: Limites e perspectivas para uma sociedade sustentável. **Revista Espacios**, v. 37, n. 19, p.1-19, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a16v37n19/16371919.html>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. Hospital Universitário Lauro Wanderley. Portal EBSEH. **Nossa história** [2017]. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/nossa-historia>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCLE Nº _____

Caro Profissional,

O presente projeto, intitulado “**Saúde e Segurança do Trabalho nas atividades laborais dos servidores técnico-administrativos da clínica obstétrica de um Hospital Universitário**”, visa descrever os aspectos da segurança no trabalho e saúde dos servidores técnico-administrativos em relação às doenças ocupacionais. Para tanto, dados serão coletados através da aplicação de questionário visando investigar as doenças ocupacionais dos servidores do setor, a aplicação das medidas preventivas pelos servidores e o conhecimento das normas regulamentadoras sobre segurança e saúde no trabalho, além de pesquisa em documentos técnicos. Sua participação é voluntária e não trará qualquer prejuízo ao seu vínculo com o Hospital Universitário Lauro Wanderley, caso deseje ou não participar da presente pesquisa. Os riscos serão mínimos já que o projeto inclui apenas a coleta de dados através de questionário.

Ao assinar este termo, você estará autorizando a apresentação dos resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicação em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, pois seus dados pessoais e imagem serão preservados. Você poderá se desligar do projeto e ter acesso aos dados coletados a qualquer momento, bastando entrar em contato com a Equipe de Pesquisa.

Contamos com a sua colaboração para poder contribuir com a melhoria do atendimento e da qualidade de vida do servidor da Clínica Obstétrica.

A Equipe.

Eu, _____, servidor técnico-administrativo da Clínica Obstétrica do Hospital Universitário Lauro Wanderley, onde atuo como _____, declaro ter conhecimento do Projeto “**Saúde e Segurança do Trabalho nas atividades laborais dos servidores técnico-administrativos da clínica obstétrica de um Hospital Universitário**”, sob responsabilidade da Profª Drª Cristine Hirsch Monteiro e do Mestrando Hermano Albuquerque Ramos. Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, e concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Profissional:

Identificação: SIAPE: _____; CPF: _____

Necessitando, entre em contato com a Equipe responsável pelo presente projeto.
Assinaturas e contatos com os pesquisadores:

Profª Drª Cristine Hirsch Monteiro
UFPB 32167246
E.mail: crishirsch2016@gmail.com

Mestrando Hermano Albuquerque Ramos
Celular: 83 999818372
E.mail: hermarr@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisas – CEP / Hospital Universitário Lauro Wanderley /UFPB
2º Andar - Campus I da UFPB – Bairro Castelo Branco – João Pessoa/PB
E.mail: cephulw@hotmail.com Fone/FAX: 3216-7964

APÊNDICE B - Questionário de Coleta de Dados

Nº do Questionário: 01

Convidamos você a responder este questionário que tem como objetivo coletar dados para a pesquisa “**Saúde e segurança do trabalho nas atividades laborais dos servidores técnico-administrativos da clínica obstétrica de um hospital universitário**”, sob a responsabilidade do mestrando Hermano Albuquerque Ramos, do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal da Paraíba.

Com esta pesquisa, pretende-se contribuir para a melhoria das condições de trabalho e ambiente desta clínica, além de compor uma rede de argumentos para melhor pleitear os seus direitos.

Antecipadamente queremos agradecer por sua contribuição para essa pesquisa.

Endereço para contato: hermarrr@yahoo.com.br

PARTE 1 – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1) Cargos:

☐ Técnico(a) em Enfermagem ☐ Enfermeiro(a) ☐ Médico(a)

2) Gênero:

☐ Feminino ☐ Masculino

3) Qual sua idade: _____

4) Há quanto tempo trabalha na Clínica Obstétrica?

☐ Menos de 10 anos ☐ Entre 10 e 20 anos ☐ Mais de 20 anos

PARTE 2 - PERFIL DE DOENÇAS OCUPACIONAIS

5) Você sabe o que é doença ocupacional?

☐ Sim ☐ Não

6) Defina doença ocupacional com suas palavras: _____

7) Nos últimos 5 anos (2012 a 2016), você foi acometido(a) por alguma doença ocupacional (Clínica Obstétrica do HULW)?

☐ Sim (continue na Questão 8) ☐ Não (vá para a Questão 10)

8) Se sim, qual? _____

9) Se sim, quando foi(foram)? _____

10) Quais destas doenças infecciosas você vem sendo exposto(a) em seu ambiente de trabalho nos últimos 5 anos (2012 a 2016):

☐ Meningite ☐ Hepatite ☐ HPV
☐ HIV ☐ Rubéola

11) No seu ambiente de trabalho, quais têm sido as doenças ocupacionais de maior incidência?

☐ Meningite ☐ Hepatite ☐ HPV
☐ HIV ☐ Rubéola

12) Que agentes ergonômicos presentes no seu ambiente de trabalho pode comprometer a sua saúde?

- | | |
|---|---|
| ☐ Ritmos excessivo | ☐ Esforço físico |
| ☐ Postura inadequada | ☐ Esforço repetitivo |

13) Durante o processo produtivo, que agentes físicos estão presentes no seu ambiente de trabalho?

- | | |
|---|---|
| ☐ Ruídos e vibrações | ☐ Radiações ionizantes |
| ☐ Umidade | ☐ Radiações não ionizantes |
| ☐ Temperaturas extremas (altas e baixas) | ☐ Nenhum |

14) Durante o processo produtivo, que agentes químicos são manipulados ou estão presentes no seu ambiente de trabalho?

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| ☐ Poeiras | ☐ Gases |
| ☐ Fumos | ☐ Vapores |
| ☐ Névoas | ☐ Nenhum |
| ☐ Neblinas | |

Parte 3 - APLICAÇÃO DE MEDIDAS PREVENCIÓNISTAS DE SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA

15) Você faz uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| ☐ Sim | ☐ Não |
|------------------------------|------------------------------|

16) Quais destes Equipamentos de Proteção Individual (EPI) você recebe?

- | | | |
|----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| ☐ Luvas | ☐ Bata | ☐ Óculos |
| ☐ Máscara | ☐ Toca | ☐ Outros |

18) Qual a frequência que você utiliza os Equipamentos de Proteção Individual (EPI)?

- | | |
|--|---|
| ☐ Sempre | ☐ Só no centro cirúrgico |
| ☐ Às vezes | ☐ Nunca |
| ☐ Quando lembro | |

19) Você participou de alguma palestra, treinamento e/ou capacitação sobre aplicação de medidas preventivas de saúde, higiene e segurança do trabalho?

- | | |
|---|---|
| ☐ Sim (continue na Questão 20) | ☐ Não (vá para a Questão 21) |
|---|---|

20) Se sim, há quanto tempo? _____

21) Se sim, quem promoveu a palestra/treinamento ou capacitação?

- | |
|--|
| ☐ HULW |
| ☐ Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho/PROGEPE |
| ☐ EBESERH |
| ☐ Outros |

22) Para você, qual a importância da realização de palestra, treinamento e/ou capacitação sobre aplicação de medidas preventivas de saúde, higiene e segurança do trabalho?

- | | |
|---|--|
| ☐ Saber me prevenir | ☐ Diminuir o risco de adquirir doenças ocupacionais |
| ☐ Para a prevenção de outro(s) | ☐ Transmitir informação e conhecimento |
| ☐ Para meu conhecimento | ☐ Qualificar-me |

PARTE 4 - AVALIAR O CONHECIMENTO SOBRE AS NORMAS REGULAMENTADORAS (NR):

23) Você conhece as Normas Regulamentadoras (NR) relativas à segurança e saúde do trabalho?
() Sim () Não

24) Identifique abaixo as Normas Regulamentadoras (NR) pertinentes ao seu ambiente de trabalho
() NR-6 Equipamento de Proteção Individual - EPI
() NR-15 Atividade e Operações Insalubres (Insalubridade)
() NR-16 Atividade e Operações Perigosas (Periculosidade)
() NR-17 Ergonomia
() NR-20 Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis
() NR-23 Proteção Contra Incêndios
() NR-26 Sinalização de Segurança
() NR-32 Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde
() NR-35 Segurança e Saúde no Trabalho em Altura

25) Assinale as recomendações e procedimentos observados nas Normas Regulamentadoras (NR) no seu ambiente de trabalho?
() Higienização das vestimentas
() Equipamentos de Proteção Individual
() Medidas de controle que minimizem a exposição aos agentes
() Manipulação correta no uso dos equipamentos
() Cuidados na administração de medicamentos e materiais perfurocortantes
() Outros _____

PARTE 5 - IDENTIFICAR O GRAU DE ATENDIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS (NR):

26) Nas atividades executadas no seu ambiente de trabalho, as medidas de segurança prevista nas Normas Regulamentadoras são seguidas?
() Sim () Não

27) Você sabe como se prevenir contra as Doenças Ocupacionais, conforme as orientações das Normas Regulamentadoras?
() Sim () Não

28) De que maneira? Explique:_____

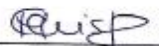
ANEXO A - Certidão de aprovação do Projeto pelo Colegiado do PRODEMA

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Programa de Pós-Graduação Em Desenvolvimento e Meio Ambiente MESTRADO/DOUTORADO	PRODEMA Caixa Postal 5122 João Pessoa - PB 58051-970 Fone: (83) 3216-7472	
---	--	--	---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 

Certificamos, para devido fins que o projeto intitulado **“Saúde e Segurança do Trabalho nas atividades laborais dos Servidores Técnico-Administrativos da Clínica Obstétrica de um Hospital Universitário”** da discente **Hermano Albuquerque Ramos**, matrícula **20161026643**, sob Coordenação da **Profa. Dra. Cristine Hirsch Monteiro**, foi **APROVADO** na Reunião do Colegiado, ocorrida 11 de abril de 2017, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA.

João Pessoa/PB, 11 de abril de 2017.



Maria Cristina Chispim
 Matr: 2335304
 Vice-Coordenadora do PRODEMA

ANEXO B – Autorização da Gestão do Hospital para execução do Projeto



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY
GERÊNCIA DE ENSINO E PESQUISA (GEP)
FICHA DE CADASTRO - PROJETO DE PESQUISA



DADOS DO PROJETO	
Título do Projeto: Saúde e Segurança do Trabalho nas atividades laborais dos servidores técnico-administrativos da clínica obstétrica de um Hospital Universitário	
Palavras-chave (mínimo 3): Segurança do trabalho, Doença ocupacional, Meio Ambiente, Servidor Técnico-Administrativo.	
Tipo da Pesquisa: ☐ Ciências Sociais e humanas aplicadas em saúde ☒ Epidemiologia ☐ Infraestrutura ☐ Pesquisa pré-clínica ☐ Pesquisa sobre sistema de saúde, planejamento e gestão de políticas, programas e serviços de saúde ☐ Qualitativo ☒ Pesquisa de avaliação e tecnologia em saúde ☐ Clínica epidemiológica/observacional ☐ Ensaio clínico-fase I ☐ Ensaio clínico-fase II ☐ Ensaio clínico-fase III ☐ Ensaio clínico-fase IV ☐ Outro: Especificar:	
Selecione o(s) agravos(s) em saúde de sua investigação: 1 ☐ Causa externa de morbidade e mortalidade 2 ☐ Doenças de pele e do tecido subcutâneo 3 ☐ Doenças do aparelho circulatório 4 ☐ Doenças do aparelho digestivo 5 ☐ Doenças do genitúrinário 6 ☐ Doenças do aparelho respiratório 7 ☐ Doenças do olho e anexos 8 ☐ Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos 16 ☒ Outro: Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho 9 ☐ Doenças do sistema nervoso 10 ☐ Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo 11 ☐ Doenças infecciosas e parasitárias 12 ☐ Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviço de saúde 13 ☐ Gravidez, parto e puerpério 14 ☐ Neoplasias 15 ☐ Transtornos mentais e comportamentais 17 ☐ Não se aplica	
Tipo de Financiamento: ☐ Agência(s) de Fomento Nacional: ☐ CNPq ☐ CAPES ☐ FAPESP ☐ Outra: Especificar: PIVIC ☐ Agência(s) de Fomento Internacional: ☐ OMS ☐ OPAS ☐ Outra: Especificar: _____ ☐ Indústria Farmacêutica: Especificar: _____ ☒ Recursos Próprios	
Finalidade: 1) PESQUISA DO TIPO ACADÊMICA: ☐ Pesquisa de pós-doutoramento ☐ Tese de Doutorado ☒ Dissertação de Mestrado ☐ Monografia de Pós-Graduação (Residência/Especialização) ☐ TCC ☐ PIBIC/PIVIC ☐ PET 2) PESQUISA DO TIPO NÃO ACADÊMICA: ☐ Publicação ☐ Outra: Especificar: _____	
Local da realização da pesquisa no HULW: Clínica Obstétrica	
Duração da Pesquisa: Início - Março/2017	Término - Julho/2018

DADOS DO ORIENTADOR (PESQUISA ACADÊMICA) OU PESQUISADOR RESPONSÁVEL (PESQUISA NÃO ACADÊMICA)	
Nome: Cristine Hirsch Monteiro	CPF: 710.558.006-20
Lotação para Docente (IES/Centro/ Departamento/Curso): DFP/CCSA/FPB	
Lotação para Servidor (Instituição/Setor): -x-	
Linha de pesquisa principal: Qualidade de vida e saúde do trabalhador	
Está vinculado a algum Programa de Pós-Graduação? ☐ Não ☒ Sim: Especificar: PROBLEMA	
Titulação máxima: ☐ Graduado ☐ Especialista ☐ Mestre ☒ Doutor ☐ Pós-doutor	
Regime de trabalho: ☐ 20 horas ☐ 40 horas ☒ DE ☐ Outros: Especificar as horas	
Vínculo com IES (para Docente): ☐ Substituto ☐ Visitante ☐ Auxiliar ☐ Assistente ☐ Adjunto ☐ Associado ☒ Titular	
E-mail: cristinhirsch2016@gmail.com Telefones: 83 32098359 (Lab103/DFP), 83 999544121 (Tim), 83 988537103 (Oi)	

DADOS DO ORIENTADOR (PESQUISA ACADÊMICA) OU PESQUISADOR RESPONSÁVEL (PESQUISA NÃO ACADÊMICA) NO ÚLTIMO SEMESTRE	
TIPO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	TOTAL
Dissertação de Mestrado (data da defesa)	1992
Tese de Doutorado (data da defesa)	1997
Artigos Publicados em Periódicos Nacionais	7
Artigos Publicados em Periódicos Internacionais	2
Projetos aprovados no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	15
Patentes Obtidas	0
Patentes Registradas	0
Capítulos de Livros Publicados	1
Livros Publicados	0

DADOS DA EQUIPE			
ALUNOS DE GRADUAÇÃO			
NOME	CURSO	PERÍODO	ATRIBUIÇÕES NO PROJETO

ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO			
NOME	CURSO	NÍVEL	ATRIBUIÇÕES NO PROJETO
Hermano Albuquerque Ramos	PRODEMA	Mestrado	Pesquisador

OUTROS COMPONENTES	
NOME	ATRIBUIÇÕES NO PROJETO

RESUMO (até 500 caracteres) Deve conter: Introdução (destacar a relevância do estudo – no máximo 3 linhas); Objetivos; Metodologia detalhada (tipo do estudo, participantes, critérios para seleção da amostra, procedimentos para coleta e análise dos dados e observâncias éticas).

INTRODUÇÃO: Saúde e segurança do trabalho envolve medidas de segurança que visem prevenir e/ou eliminar agravos à saúde de acordo com Normas Regulamentadoras do MTE. **OBJETIVO:** O projeto visa descrever as doenças ocupacionais dos servidores técnico-administrativos da Clínica Obstétrica do Hospital Universitário Lauro Wanderley de 2012 a 2016. **METODOLOGIA:** Com abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa de campo inclui questionário, entrevista e análise de documentos para coleta de dados.

Cristine Nirsch Monteiro

Assinatura do Orientador ou
Pesquisador Responsável

Prof.ª Dr.ª Cristine Nirsch Monteiro
Departamento de Fisiologia e Patologia
CCS/UFPB – SIAPE 1117942

Prof. Dr. José Antônio Pereira de Melo

Assinatura e Carimbo da Gerência de Ensino e
Pesquisa - GEP/HULW/Ebserh

Prof. Dr. José Antônio Pereira de Melo
Gerente de Ensino e Pesquisa
EBSERH/HULW

Preenchimento pela Secretária da GEP:
Protocolo GEP: nº 36 / 2013
Data: 12 / 03 / 13
Aprovação CEP/HULW: nº ____ / ____

Valdineia Araújo de Lima Ramos
Chefe da Unidade Ensino-Institui
HULW/UFPB
CRM: 167.3220

Assinatura e Carimbo da Chefe do Setor do HULW
onde o Projeto será executado

Solicita-se que o (a) Chefe do Setor responda às perguntas:
(1) Os procedimentos de coleta de dados acarretarão interferência relevante no atendimento aos pacientes envolvidos na pesquisa?
() Sim (x) Não
(2) Haverá custos financeiros adicionais para o setor pela realização da pesquisa? () Sim (x) Não

ANEXO C - Autorização para publicação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, do Ministério da Saúde, que regulamenta a ética na pesquisa em seres humanos, **certificamos** que o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, **APROVOU** o Relatório final da pesquisa intitulada "SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS ATIVIDADES LABORAIS DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA CLÍNICA OBSTÉTRICA DE UM HOAPITAL UNIVERSITÁRIO", do pesquisador **Hermano Albuquerque Ramos**, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE n.º 67102317.3.0000.5183, com parecer de n.º 2.769.387, conforme, tendo a citada pesquisa sido concluída e comunicada à Plataforma Brasil.

João Pessoa, 16 de julho de 2018.

Prof. Dr. Caliandra Maria Bezerra Luna Lima
Coordenadora Adjunta do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW